===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E OITO:** =====

===== Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e oito, pelas dezassete horas e trinta minutos, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Secretariado pelos Senhores: **Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena** – Primeira Secretária e **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte: =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto dois:** *Protocolo de colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, para criação de um espaço público de acesso à Internet na sede da Associação – Revogação da deliberação da 2.ª reunião da Sessão da Assembleia Municipal de 26 de Abril, realizada em 04 de Maio de 2007, e autorização de celebração de novo protocolo;* =====

===== **Ponto três:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga - Constituição e Funcionamento de Equipa de Sapadores Florestais – Alteração às cláusulas 3.ª e 4.ª – Autorização;* =====

===== **Ponto quatro:** *Contrato-programa a celebrar com “A NOZ- Associação Nogueirense de Cultura e Recreio”, para apoio na construção do Pavilhão Gimnodesportivo – Autorização;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis, Federação Portuguesa de Futebol e Associação de Futebol de Aveiro, para instalação, gestão e utilização de um campo multiusos na freguesia de Palmaz – Autorização/ Ratificação;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de cooperação celebrado entre o Município, a “Indaquia Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A.” e o Município de Santa Maria da Feira, no âmbito do processo de loteamento n.º 1007/04 – Autorização/ Ratificação;* =====

===== **Ponto sete:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Oliveira de Azeméis, para execução de obras de beneficiação da Rua de Lações de Baixo e Rua de Vilar – Autorização;* =====

===== **Ponto oito:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a “Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA)”, para a concretização da III edição regional e I a nível nacional, do Concurso de Música “Terras de La-Salette”, a realizar no mês de Março de 2008 – Autorização;* =====

===== **Ponto nove:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a União Desportiva Oliveirense – Autorização;* =====

===== **Ponto dez:** *Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães – Pedido de isenção de pagamento de transportes municipais – Autorização;* =====

===== **Ponto onze:** *Autorização/ Ratificação de isenções de pagamento do aluguer dos autocarros municipais no ano 2007;* =====

===== **Ponto doze:** *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões – Revogação de protocolo celebrado em 28/02/2005;* =====

===== **Ponto treze:** *Aprovação da modalidade de funcionamento e tabela de preços da cafetaria da Biblioteca Municipal;* =====

===== **Ponto catorze:** *Alteração ao regulamento e à data de divulgação do Concurso de Poesia Agostinho Gomes - Aprovação;* =====

===== **Ponto quinze:** *Proposta de sinalização vertical na Rua Manuel Ferreira da Silva Brandão, freguesia de Cucujães – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de sinalização vertical em Silvares, Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Estacionamento condicionado – Centro Social, Cultural e Recreativo de Carregosa, freguesia de Carregosa – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Proposta de sinalização horizontal na Rua Fonte da Lezíria, freguesia de Pinheiro da Bemposta – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezanove:** *Proposta de sinalização vertical na Rua da Lezíria e Rua da Ucha, freguesia de Pinheiro da Bemposta – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte:** *Proposta de sinalização vertical na Rua da Torre, freguesia de Fajões – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Proposta de postura de trânsito na Rua da Ilha, freguesia de S. Roque – Aprovação.* =====

===== ***Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:*** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Isidro Marques Figueiredo, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, António Alberto Bastos, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago, Diamantino Melo de Almeida, António Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Ilídio Barbosa Lopes, Manuel Figueiredo Pereira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Maria Helena Terra de Oliveira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Ana Maria Jesus da Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Joaquim Manuel Monteiro Soares, Narciso da Silva Pinho, Agostinho Carmo Tavares, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Alberto Vieira Dias.* =====

===== **Do Partido Comunista Português (PCP):** *Óscar Fernando Soares de Oliveira.* =

===== **Independentes:** *Rodrigo Moreira da Silva e Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira.* =====

===== *Antes de dar início à Sessão, o Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade do Senhor Joaquim Manuel Monteiro Soares, que marcou presença nesta Assembleia, para substituir a sua colega de Partido Bruno Armando Aragão Henriques, em virtude da mesma ter solicitado a sua substituição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa declarou:* =====

===== *Boa tarde. Julgo que estamos em condições de dar início à nossa Sessão da Assembleia Municipal. Eu recebi duas propostas, dois votos: uma proposta de louvor ao Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta, que deixaria para o final do “Período de Antes da Ordem do Dia”, e, uma diferente, que sugeria, se estivessem de acordo, que fosse já decidido no início desta Assembleia Municipal, prende-se com um voto de pesar, que nos é proposto pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata da Seixa e que eu passava a ler: “O Sr. José Soares de Oliveira foi tesoureiro desta Junta de Freguesia no período compreendido entre 1986 a 2005, ano em que, por motivos de doença, solicitou a sua dispensa daquele cargo. Passou, então, a exercer a função de vogal na Assembleia de Freguesia até ao dia 24 de Fevereiro de 2008, data em que veio a falecer. O Sr. José foi um Autarca esmerado, cumpridor das funções que lhe foram atribuídas, nunca regateando esforços e procurando fazer sempre o melhor para o bem-estar da população da freguesia. Com o seu trabalho e compreensão soube granjear o respeito e a admiração de todos. Face ao exposto, solicito a V. Exa. que se digne propor à Assembleia Municipal um minuto de silêncio e um voto de pesar endereçado à família enlutada. Na expectativa da melhor compreensão de V. Exa. apresento os meus mais respeitosos e subscrevo-me, Francisco de Jesus Jacinto”. Eu acho que isto não tem discussão e se estivessem de acordo guardávamos desde já um minuto de silêncio conforme o solicitado.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Arqt.º Jorge Rosa, do PSD.* =====

===== *O acolhimento ao Múncipe mudou. Vemos mudança no espaço físico, vemos concentração de meios, suponho com o intuito de melhorar os serviços à população. Mas há arestas a limar. Ao passar por esse serviços, no início da semana, senti algum desconforto no atendimento, senti-me quase perdido naquele espaço. Falta alguma ordem, o Múncipe não sabe muito bem a quem se dirigir. Hoje voltei lá e encontrei já, em cada um dos dez postos de atendimento, alguma informação para melhorar a comunicação com o Múncipe, algumas plantas também. O acolhimento foi melhorado durante estes dias, mas acho que o espaço não chega, alguns atropelos durante a espera, também os funcionários não parecem muito confortáveis, mas tenho a certeza que a vontade de quem mandou é de melhorar, os serviços de atendimento estão a melhorar, vão melhorar, mas há mais coisas a fazer. Eu faço uma pergunta: como é que eles poderão melhorar ainda mais, quando e o que falta?* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS.* =====

===== *Boa tarde. Eu venho trazer aqui um ponto que já há algum tempo era para abordar nesta Assembleia, que já vem de algum tempo atrás, mas é uma questão que, do ponto de vista dos habitantes de Fajões, ainda hoje, e decorrido algum tempo, se manifesta de forma tremenda. Em Fajões existe uma urbanização, um aldeamento ou urbanização, no Monte de S. Marcos, quem vai para o Monte de S. Marcos, quem conhece aquilo, é uma zona situada numa zona basicamente florestal, e este aldeamento serviu para de alguma forma para conceder algum espaço urbano a uma zona que antes era uma zona destinada a floresta. Foi uma zona que, como todos os projectos de licenciamento camarário, foi objecto de licenciamento camarário, as obras começaram-se a construir, foram feitos diversos lotes e a partir de certa altura, em 2001, a Câmara já antes tinha tido, como é normal nestas situações, uma caução-hipoteca para garantir exactamente a realização das obras de loteamento. Em 2001, esta empresa, ou o construtor, depois de fazer vários pedidos de prorrogação da licença e estando numa situação de quase insolvência, o que é que acontece? Acontece que pede um pedido de licenciamento camarário para prorrogação de uma licença para obras. Essa licença era uma licença manifestamente nula, a emissão, o despacho que a concedeu, há no processo um parecer técnico e ao arrepio do parecer técnico o Vereador das Obras na altura em exercício, quase cessante, disse que embora seja ilegal a bem concedia-se lá a tal prorrogação. Entretanto em 2002, como o Senhor Presidente sabe e a Vereação sabe, as pessoas que entretanto compraram as suas casas, como nós podemos, qualquer um de nós, ir comprar uma casa, e vêem-se confrontadas com uma situação que é a seguinte: não têm nem ligação de água, nem ligação de electricidade, ou seja, havia uma situação de abandono da empresa, por parte do construtor, que impossibilitava desde logo a realização das infra-estruturas necessárias há emissão das respectivas licenças. Entretanto em 2002, portanto já no seguimento desse despacho manifestamente nulo, até por falta de fundamentação quer do ponto de vista dos factos quer do direito, os populares de Fajões começaram a interpelar a Câmara Municipal, no sentido da Câmara Municipal fazer as obras referentes ao loteamento e depois executar a hipoteca sobre os lotes, sobre os quais incidia a tal caução-hipoteca. Já nessa altura as pessoas viviam numa situação de extrema precariedade, porque não havia nem água, nem luz. Então, pediram à Câmara Municipal que ao menos, já que não queriam fazer as obras, ou já que havia a tal prorrogação de prazo, emitisse uma declaração a fim de que um dos moradores pudesse pedir à EDP uma baixada de luz para que todos se servissem. Estamos a falar de uma situação em que dezasseis condóminos, situação que se mantém hoje, consumem do mesmo contador. Entretanto passou-se, a Câmara diz “bom, agora há aqui esta prorrogação”. Mas, Senhor Presidente, a*

EGASTEL, a empresa ou o empreiteiro, abandonou a obra, “não, mas aqui há dois anos, vamos aguardar”. Em 2003, a situação manteve-se e a Câmara Municipal sempre disse que fazia as obras, nunca as fez e, de facto, as pessoas vivem numa situação de precariedade total. Esta declaração da Câmara serve para de 2003 a 2008 as pessoas, apesar dos conflitos que já surgiram entre as pessoas porque há um contador e as pessoas começam a olhar para o vizinho do lado e diz que ele gasta mais luz do que ele, quer dizer há uma dificuldade quase insuprível. Apesar de vários incidentes jurídicos no meio desta situação, nomeadamente em 2004, e inclusivamente uma acção que foi interposta contra a Câmara Municipal e que a Câmara Municipal não contestou, tudo isto foi protelado. A Câmara Municipal sabendo da situação da precariedade dos moradores, sabendo que de facto podia fazer as obras, nunca as assumiu e deixou estas pessoas numa situação de precariedade total. A minha intervenção, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, é exactamente para que estas situações jamais se repitam, porque agora o que é que acontece? Apareceram depois, sucessivamente vários interessados, o Dr. Ricardo sabe disso, que começaram a fazer as obras mas que depois abandonaram as coisas e inclusivamente há uma acção intentada contra a Câmara Municipal, em que agora um interessado que comprou os lotes meteu uma acção para que fosse reconhecido a ele o direito de fazer as obras. Ou seja, eu fui abordado por várias pessoas da minha freguesia, da freguesia onde eu nasci, no sentido de me interpelar, pedindo que interpele a Câmara Municipal para que de uma vez só, de uma vez por todas resolva esta situação, que além de uma situação que lhe compete do ponto de vista legal e cuja garantia de solvabilidade está garantida definitivamente pelos lotes, que resolva em definitivo esta questão. A minha outra questão, e vertendo também sobre Fajões, é a questão da sinalética. Senhor Presidente da Assembleia, antes de vir para cá eu tive o cuidado de ler, sorrindo se calhar até com a alguma graça, as intervenções que muitos Colegas da Assembleia Municipal tiveram sobre a sinalética de Fajões, eu queria só pedir ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, conforme ele prometeu naquela Assembleia, para na próxima Assembleia Ordinária ou Extraordinária agendar esse ponto para que isso seja definitivamente aprovado. Obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Nuno Pires, do PSD, que disse: =====

===== Subo a esta tribuna apenas para fazer um reconhecimento público a uma banda do concelho de Oliveira de Azeméis, pelo mérito que lhes é merecido, pois ao longo de vários anos que estes jovens trabalham neste projecto. Lutaram por ele e finalmente no passado fim-de-semana os “Celtibéria” lançaram o seu primeiro álbum “Lendas Sagradas” na Estalagem de S. Miguel, que encheu para esta apresentação pública. A estes jovens desejo as maiores felicidades e os maiores sucessos. Uma palavra para a Câmara Municipal: é importante apoiar este tipo de iniciativas, recordo que será sempre um Grupo de Oliveira de Azeméis que já teve participações do norte a sul do nosso País, levando assim o bom-nome da nossa cidade. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que disse: =====

===== Relativamente à primeira questão, levantada pelo Arqt.º Jorge Rosa, quero-lhe dizer que quando a gente quer mudar há sempre resistência e é difícil. É preciso limar algumas arestas, mas estamos convencidos que hoje o atendimento do Município já é diferente do que foi na semana passada. Os espaços, neste momento, já estão bem definidos, estão acabados, o mobiliário já está no sítio. Nós aumentamos o número de postos de atendimento e criamos um só

lugar de atendimento, ou seja, uma porta para receber o Município, com uma sala de espera, em que inclusive quando o Município chega tem quem o receba e registre o nome dele. Depois, vai para a sala de espera e na sala de espera surge o nome dele, quando ele tem lugar no Gabinete de Atendimento para ser atendido. Claro que não é fácil, porque aumentamos também o número de postos de atendimento e concentramos o atendimento de todos os serviços e coordenamos também a partir dali o atendimento especializado. É a partir dali que depois o Município pode ir ver, saber e tirar dúvidas, ou um projecto que tenha em licenciamento no Sector de Obras Particulares. Não é fácil, mas vale a pena, porque estamos a fazer um bom trabalho. Relativamente ao problema do loteamento de Fajões, eu quero dizer ao Senhor Dr. que conhecia isto primeiro do que o Senhor, embora o Senhor seja de Fajões, mas eu conheço isso desde o início e o grande problema que lá está. E o grande problema que está lá não foi iniciado pela Câmara Municipal, mas foi por um investidor que abandonou a obra e deixou os Municípios. Eu saí muitas vezes de minha casa para ir garantir que a luz não fosse cortada, para eles no Natal terem luz e também resolvemos o problema da água com outro furo. Depois surgem outras questões, que vou pedir ao Dr. Ricardo para dar explicações, mesmo do andamento do processo. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito boa tarde a todos. Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente já disse, este é um problema antigo, muito antigo mesmo. Temos tido várias reuniões com os moradores do loteamento de S. Marcos, a última que tivemos foi acerca de um mês, onde se constatou que efectivamente o loteador teria tentado uma acção, não contra a Câmara Municipal, foi uma acção em que ele pediu ao Tribunal que lhe autorizasse a realização das obras de urbanização em falta no prazo de trinta dias e o Tribunal concedeu-lhe esse direito e só pediu à Câmara, a Câmara não foi tida nem achada neste processo, para saber que obras é que estavam em falta para a recepção ao loteamento e a Câmara ofereceu e forneceu os elementos em falta. Para além de ele ter solicitado isso ao Tribunal e pediu isso ao Tribunal porque ele já tinha solicitado isso à Câmara Municipal, tinha pedido uma licença especial para concluir as obras de urbanização e isso é possível, mesmo que uma licença caduque à sempre a possibilidade de pedir para acabamentos de obras uma licença especial, que foi recusada pela própria Câmara, mas ele recorreu ao Tribunal e o Tribunal concedeu-lhe este direito de concluir as obras de urbanização. Os moradores tiveram conhecimento nessa reunião dessa decisão judicial e nós fazemos votos para que ele efectivamente cumpra com as obras em falta. Nós temos cooperado dentro das nossas possibilidades para que não falte água nem luz aos moradores, desde há vários anos a esta parte. Eu também só queria esclarecer mais um ponto, que era: alguns dos problemas na demora da execução das hipotecas ou dos lotes hipotecados também resultaram do facto de quando a Câmara Municipal comunicou à Conservatória do Registo Predial a aprovação das alterações ao alvará do loteamento, a Conservatória não registou officiosamente estas alterações, presumo eu à espera que fosse o loteador a apresentar o registo dessas alterações. O que depois quando, principalmente desde o início deste mandato, tentamos proceder à execução dessas garantias, o alvará que estava registado não estava de acordo com a posterior aprovação das alterações ao loteamento. E tem sido também esse um dos motivos que tem prejudicado essa execução atempada das garantias. =====

===== Retomando o uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Eng.º Joaquim Jorge, do PS. =====

===== *As minhas saudações a todos os presentes. Começaria na sequência de um pedido que fiz na Assembleia passada, ao Senhor Presidente da Câmara, que nos informasse sobre os valores das dívidas do Estado ao Município e também na sequência de algumas entrevistas que o Senhor Presidente deu a alguns órgãos de comunicação regionais, nomeadamente numa última que foi publicada em Janeiro de 2008, onde diz que o Estado deve cerca de cinco milhões de euros ao Município. Dos dados que pedi e que já me foram facultados, eu observo que à altura da entrevista, e por isso é que gostaria que me esclarecesse sobre qual é realmente o valor que o Estado deve ao Município, na informação que me foi facultada eu vejo que a verba ascende a cerca de dois milhões duzentos e cinquenta mil euros e que actualmente essa verba ronda um milhão e meio de euros. Gostaria que me confirmasse se isto é verdade, se não é verdade e caso não seja verdade qual é efectivamente o valor real. É que caso a dívida seja realmente esta, e atendendo até há antiguidade desta dívida, portanto o maior volume desta dívida é uma dívida relativamente recente, não se compreende que publicamente se apresentem este tipo de argumentos, se faz este alarido, procurando justificar que a falta de pagamento do Estado possa constituir um factor limitador da acção da Autarquia. E não se compreende também, sobretudo se estivermos a falar da mesma Autarquia que deve às Juntas de Freguesia participações há seis, sete, oito anos, também de muitas dezenas de milhares de euros. Portanto, este era o primeiro pedido de esclarecimento que eu lhe fazia, Senhor Presidente. A segunda questão que eu queria aqui abordar tem a ver com uma questão simples, que é uma mera tentativa de sensibilização de V. Exa., para um problema que se está a passar, com demasiada frequência infelizmente, na entrada norte da variante de Oliveira de Azeméis, onde são frequentes e recorrentes os acidentes, alguns deles muito graves, alguns deles são naturais do nosso concelho, apesar de pelo facto de serem naturais do nosso concelho não minimiza a gravidade da situação. É evidente que uma rotunda naquele local é tecnicamente possível. É evidente que a execução de uma rotunda naquele local não é da competência da Autarquia, mas é evidente também para mim que a Autarquia para isso poderá contar com a Bancada do Partido Socialista, poderá fazer acções de sensibilização, um conjunto de iniciativas, que procurem sensibilizar as entidades competentes para que promova esta obra. Julgo que se já oficiou essas entidades competentes com esse objectivo deve voltar a fazê-lo, deve insistir, pode contar com todo o nosso apoio para isso. Não me diga por favor que teremos que esperar pela construção da Estrada Nacional 327, por que se não, enfim, não teremos a curto prazo a realização desta obra feita e julgo que há premência, a gravidade dos acidentes que lá têm ocorrido, que julgo que serão do conhecimento geral, assim o exige. A terceira questão, é abordar as lamentáveis declarações feitas publicamente por um Colega nosso desta Assembleia, o Senhor José Francisco Oliveira, nos Órgãos de Comunicação Locais, onde classifica os “gajos do PS como do piorio” e claro que eu entendo que “gajos do piorio” são bandidos e criminosos, que devem estar presos e bem enjaulados. E onde diz também, procura justificar a posição idónea do Partido Socialista em relação àquilo que nós consideramos ser mais um negócio ruinoso para a Autarquia, na venda das duas parcelas ao particular que permitiram a construção do STAPPLES, diz que o Partido Socialista só o fez, diz o “homenzito” que o “PS tem um homenzinho que é proprietário de uma empresa e que a abertura desta grande superfície lhe vai prejudicar o negócio e digamos que é esta a essência da luta do Partido Socialista”. Curiosamente fala sem me conhecer a mim e sem conhecer a minha empresa, porque quem me conhece sabe que nunca coloco interesses pessoais à frente das minhas convicções e dos meus princípios, e conhecer a minha empresa, não vou aqui perder tempo a explicar porque certamente demoraria todo o tempo desta Assembleia e o Senhor Presidente com certeza que me cortaria o tempo e seria um esforço inútil porque certamente não compreenderia o que ela faz. Eu gostaria de lhe dizer que tenho nesta Assembleia muitos Colegas do PSD por quem tenho a*

máxima estima e consideração. Se com frequência, com recorrência, afronta pessoalmente, afronto o Senhor Presidente da Câmara, o Prof. Isidro ou qualquer outro elemento, o faço no respeito estrito pela idoneidade de cada um. Não me vêem fazer considerações pessoais, ou profissionais, ou sobre o percurso profissional de algum de vocês, de nenhum de nós, porque, em primeiro lugar, não tenho esse direito e são aspectos que dizem única e exclusivamente respeito à vida de cada um. Eu gostaria de lhe dizer que acho absolutamente legítimo que os comerciantes, os empresários do nosso concelho, quando vêem os seus interesses afectados, colocados em causa, que reajam, que lutem por eles. Eu não vejo nisto absolutamente nenhum problema. O que me surpreende, o que me preocupa, é que V. Exa. fique satisfeito, que lhe dê prazer, que eventualmente esta grande superfície possa contribuir para o fecho da minha empresa ou atrapalhar o negócio da minha empresa. Deixe-me que lhe diga uma coisa muito simples sobre a minha empresa, trabalho nesta área há mais de vinte anos, crio riqueza no nosso concelho há mais de vinte anos e a minha modesta empresa tem ao longo desses muitos anos contribuído para muitas instituições, para muitas entidades do nosso concelho, e não só do nosso concelho, fazendo assim, e quero que fique claro, a sua obrigação social. Deixe-me que lhe diga também que o que me preocupa é que V. Exa. tenha prazer em que a minha empresa possa ser prejudicada pela abertura da grande superfície e esse prazer com certeza que redobrará, se todas as empresa de mobiliário de escritório, de artigos de papelaria, centro de cópias, casas de fotografia, que vão ser também afectadas por essa grande superfície tiverem também problemas. Isto é para mim uma atitude, uma forma intelectualmente pobre de tratar questões muito sérias. E deixe-me que lhe diga, para terminar, que uma das coisas que me leva a estar na vida política há mais de vinte e cinco anos, é precisamente o procurar evitar pessoas que proferem este tipo de afirmações, com este tipo de conteúdo, possam vir um dia cargos de responsabilidade na decisão do nosso futuro colectivo. E quero também aqui deixar uma nota para o PSD, dizendo que até nisto o Partido Socialista é completamente diferente, porque os responsáveis do PSD deviam ter repudiado este tipo de declarações, porque ao não o fazerem acabaram por as validar e acabaram por ser coniventes com eles mesmos. Muito obrigado. ==

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Ana Neves, do PSD. =====

===== A todos uma boa tarde. A FAMOA em colaboração com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, realizou no pretérito dia 05 do corrente mês, mais uma vez o “Carnaval Oliveirense”. O curso decorreu com grande animação e muito brilho, com a participação dos grupos das várias freguesias do concelho, na forma tradicional do Entrudo Oliveirense. Foram muitas as pessoas que saíram das suas casas para assistir ao desfile carnavalesco. A qualidade do Carnaval de Oliveira de Azeméis cresce a cada ano que passa e isso é que atrai as multidões todos os anos à cidade. “Promover, dignificar e fazer crescer o Carnaval de Oliveira de Azeméis”, são certamente três ideias-chave que fazem parte integrante do pensamento do Município de Oliveira de Azeméis. O Carnaval é uma iniciativa louvável. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====

===== Muiíssimo boa tarde a todos, considerem-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tentando ser breve para compensar as intervenções dos meus Colegas Joaquim Jorge e Fernando Pais, duas questões muito simples: a primeira, e é recorrente, acho que é a terceira vez que o PS vem fazer esta intervenção na Assembleia

Municipal e é sempre por volta do mês de Fevereiro, Março, que nos chega o feedback de muitas Instituições e Juntas de Freguesia, de que a Câmara Municipal não está a cumprir atempadamente com a transferência para as Juntas de Freguesia e Instituições que garantem o prolongamento da rede pré-escolar. Portanto, se as transferências neste momento, e à data de ontem, pelos vistos, pelo que conseguimos apurar, contém seis meses de atraso, ou seja, no presente ano lectivo, que está a caminhar a passos largos para o final, a Câmara Municipal ainda não transferiu nenhuma verba, não obstante o protocolo garantir que a Câmara Municipal mensalmente, e independentemente de eventuais atrasos de outras entidades, garanta esta transferência. Portanto, era importantíssimo que esta verba fosse regularizada, estamos a falar das verbas que servem para pagar aos auxiliares de acção educativa e as refeições das crianças do pré-escolar. Isto é uma nota, porque tem dado resultado, no seguimento destas intervenções na Assembleia Municipal tem dado resultado. A segunda nota que queria deixar aqui, tem a ver com a questão do Tribunal de Contas e o dito empréstimo da Câmara Municipal de Lisboa, que era defendido por muitos como sendo aprovado, estávamos a fazer exactamente o mesmo que em Lisboa e se calhar alguns no seu íntimo estavam à espera que o Tribunal de Contas aprovasse o empréstimo da Câmara Municipal de Lisboa, para depois virem dizer que estávamos perante uma decisão partidária, de interesse partidário. O Tribunal de Contas manifestou mais uma vez a sua isenção nesta matéria, decidiu conforme os factos, terá decidido bem obviamente, nós não estamos muito preocupados com a questão da Câmara Municipal de Lisboa, estamos efectivamente preocupados com a situação da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, e o Tribunal terá decidido em conformidade com aquela que é a sua análise e interpretação da Lei. Acontece, e esta é que é a grande diferença, se calhar, em relação a Oliveira de Azeméis e a Lisboa, é que todos tivemos conhecimento pela imprensa nacional, que é dada as repercussões desta decisão, que o próprio Presidente da Câmara Municipal, foi ele mesmo que informou todos os Membros da Câmara Municipal de Lisboa e Assembleia Municipal de Lisboa do chumbo, aqui tentaram ocultar essa informação, soubemo-la através da imprensa. Foi através da Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Presidente reuniu imediatamente de urgência o Executivo Camarário e a Assembleia Municipal, para em conjunto procurar encontrar soluções para ultrapassar a situação que se viver com a não-aceitação do empréstimo. Essa é que é a diferença entre a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Câmara Municipal de Lisboa. Em Lisboa, procura-se a todo o custo envolver todos os agentes na decisão da política do Executivo Camarário e não estiveram à espera, aliás se estivermos estado atentos, nos últimos três dias o próprio Executivo da Câmara Municipal de Lisboa encetou medidas, não está à espera do recurso, decidiram recorrer é um direito que lhes assiste, mas não estão à espera do recurso para resolver o problema e já tomaram medidas enérgicas para combater parte da despesa e pagar grande parte das dívidas àqueles fornecedores mais prementes. Essa é a grande diferença e nós registamos aqui. Vamos aguardar obviamente pela decisão final do Tribunal de Contas, mas registamos aqui claramente a diferença, aquilo que alguns estariam à espera não se verificou. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Relativamente à intervenção do Senhor Eng.º Joaquim Jorge eu quero-lhe dizer que se eu disse e fiz declarações que a dívida do Governo, relativamente a algumas obras do Município, rondava os cinco milhões de euros, o Senhor acaba por confirmar que isto não andava muito longe, porque se quiser eu também lhe forneço os dados desde essa data que disse até ao momento em que lhe passei aquele documento, eu mostro-lhe as transferências que tive. É

que houve uma entrada de dinheiro nos últimos dois meses do ano, nos últimos dois meses do ano. Eu queria-lhe dizer também de que não é nosso hábito, porque neste momento há mais débito da parte do Poder Central para a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Todas as vezes que eu compre fundos documentais para esta biblioteca tem uma participação de 50% do Governo e essa participação não pode vir logo. Entendemos perfeitamente isso, é perfeitamente normal. Ainda ontem estive a ligar para o ex-Instituto Português do Livro e da Biblioteca para ver se me arranjavam mais dinheiro do que o que vão arranjar, porque ele é insuficiente. Nós temos de ter isto tipo de trabalho e temos que ter este trabalho, não podemos deixar andar. Ainda relativamente à outra questão que ainda há bocado falou, sobre as dívidas às Juntas de Freguesia, eu quero dizer, e estão aqui muitas Presidentes de Junta, nunca as Juntas de Freguesia estiveram com as transferências em dia como estão agora. Neste caso o Senhor Prof. vai-lhe explicar a razão, concretamente do apoio ao ensino, mas nós temos e os Presidentes de Junta que estão aqui presentes sabem perfeitamente, que nós tínhamos anteriormente atrasos de cinco, seis e sete meses e que hoje nós pagamos a participação às Juntas de Freguesia, praticamente no mês seguinte, praticamente no mês seguinte. Relativamente ao problema da estrada, dos acidentes, nós estamos atentos e temos estado a trabalhar com as Estradas de Portugal, ainda na semana passada tivemos uma reunião com o Eng.º Joaquim Rosas e que vamos com certeza arranjar uma solução para aquele problema. Eu sei, está-se a referir à entrada em Bráfemes, que ali é que é o sítio mais dramático do IC2 no percurso de Oliveira de Azeméis. Relativamente à intervenção da Ana Neves, pois hoje o Carnaval em Oliveira de Azeméis é uma realidade e não pode voltar atrás, atingiu uma qualidade, atingiu uma mobilização de pessoas, pelo que temos que continuar a ter o Carnaval todos os anos. Relativamente ao Tribunal de Contas, eu só queria dizer o seguinte: é que efectivamente Lisboa portou-se de outra maneira que não se portou Oliveira de Azeméis, mas é a Oposição em Lisboa também se portou diferente da Oposição em Oliveira de Azeméis. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito boa tarde para todos. Em relação às transferências para as Juntas de Freguesia, por causa da transferência de competências dos prolongamentos do pré-escolar, queria dizer que não precisamos que seja a Assembleia a lembrar-nos, que se houvesse necessidade dessa lembrança as Juntas de Freguesias zelariam por essa lembrança mais rapidamente porque são as principais afectadas. Se efectivamente, o que eu confirmo, não foi ainda transferido dinheiro relativo aos prolongamentos do pré-escolar, isso não foi, felizmente, pelas dificuldades financeiras, foi por uma questão muito simples: a DREN faz connosco um protocolo anualmente, e esse protocolo pode levar a variações, de ano para ano podem haver alterações e nós à espera do protocolo que ainda não chegou, não avançamos com a transferência para depois não termos que fazer acertos, fazer a transferência de acordo com o protocolo. Entretanto, como estamos a ver muita demora na vinda do protocolo, está a proceder-se já à preparação dos documentos para nos próximos dias serem feitas as transferências e acertarmos o passo rapidamente. Eu penso que as Juntas de Freguesia sentem essa necessidade, porque vivem com algumas dificuldades, mas para ocorrer a essa dificuldade se não fizermos essa transferência na questão dos prolongamentos do pré-escolar, fizemo-la ao nível dos refeitórios, aqueles que têm cantinas ou refeitórios que estão a gerir, temos um atraso muito relativo, tem a ver apenas com os processamentos que como compreendem têm de passar ao mês seguinte ao fornecimento das refeições, tem que se fazer as contas, apresentar as contas e segue o processo normal. Neste momento penso que estamos no mês de Dezembro em

pagamentos, dois meses não é muito significativo, isto ao nível dos refeitórios. A questão fundamental dos prolongamentos penso que já expliquei e vamos rapidamente corrigir a situação. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Francisco Oliveira, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. Temos vindo a constatar que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, apesar das dificuldades, das restrições financeiras e dos bloqueios de alguns, mesmo assim tem continuado a promover a realização de obras e benfeitorias, nas freguesias e na sede do concelho, sempre com espírito empreendedor e visando a melhoria da qualidade de vida dos Oliveirenses. É com satisfação que verifico o anúncio da construção do novo Pavilhão gimnodesportivo de Oliveira de Azeméis, o Pavilhão Oficina, e requalificação daquela zona envolvente, é uma obra que vem contribuir para uma melhoria da prática desportiva do concelho. Um investimento na ordem de um milhão euros, composto por duas naves que somam 1554m² para a prática do desporto, que vão estar ao dispor das escolas, das colectividades e claro uma mais valia para a formação dos jovens. Com mais este equipamento na zona desportiva, no lugar de Fonte Joana, hoje pode-se dizer, ou melhor podemos-nos orgulhar, de ter uma cidade rica em estruturas para a prática do desporto. Um exemplo a nível do País. Mas estamos a ano e meio de concluir o mandato, temos a cidade diferente, diferente para melhor, mais equipamentos, mais meios para os Oliveirenses desfrutarem, hoje o PSD orgulha-se do seu passado, mas temos muito mais orgulho no presente e temos grandes expectativas para o futuro do nosso concelho. Ao contrário de muitos, que vêem o concelho a evoluir, a obra a responder a todas as suas críticas, mas não nos surpreendem com as críticas, quando temos o Partido Socialista, a afirmar, que não tem uma única ideia para o concelho, porque estando na Oposição, não pode pôr em prática as mesmas. Já tinha a noção, mas hoje tenho a certeza que este PS, que só critica por criticar, não são capazes de apresentarem a crítica, com ideias ou propostas, fazem, e até reconheço que fazem com algum brilhantismo aquilo que muitos chamam de politiquice, isso, eles fazem bem. Mas, Senhor Presidente, estes Senhores da Oposição ainda vão ficar mais nervosos, porque, além de querer denegrir a sua imagem e a do Executivo, do seu empenho e do seu trabalho, vão ter ainda que constatar com as obras em fase de conclusão, e isto sim vai deixá-los ainda mais nervosos. Senão vejamos: inauguramos recentemente esta grande obra, a Biblioteca Municipal e temos vários investidores privados a quererem instalar-se no concelho. No decorrer deste ano, há mais: Parque da Cidade, arquivo municipal, troço sete, piscinas, e muito mais, todas estas obras envolvem milhões de euros. Isto sim, é trabalhar em prol de uma terra, mas acima de tudo a trabalhar em prol de todos Oliveirenses. Senhor Presidente, em relação as grandes obras do concelho, pode-nos dizer, quantos euros gastou, ou melhor investiu, em terrenos e projectos? Para quando a conclusão do pavilhão-oficina? Obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS. =====

===== Muito boa tarde a todos os Membros desta Assembleia, cumprimentos que endereço na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos Oliveirenses, à Comunicação Social. Eu vou fazer questão de fazer duas notas prévias. Em primeiro lugar, pavilhão-oficina bem-vindo,

obrigado à Câmara Municipal e ao Ministério da Educação que através da DREN comparticipa com 50%. Quanto àquilo que foi dito no que toca a ideias, pelo Senhor José Francisco Oliveira, se ele fosse capaz de perceber, eu até atrever-me-ia a aconselhá-lo a inscrever-se nas Novas Oportunidades. No que toca àquilo que foi a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, a propósito de uma interpelação do Senhor Eng.º Joaquim Jorge sobre o montante da dívida, Senhor Presidente, eu só lhe quero lembrar o seguinte e o que eu vou ler são documentos que nos foram fornecidos a nosso pedido pela Câmara Municipal. V. Exa. deu a entrevista em causa, em que falava cinco milhões de euros, na última semana do mês de Dezembro, de 2007. No dia 28 de Dezembro, portanto na última semana da Dezembro de 2007, das dívidas da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia e outros, é um documento da Câmara Municipal também elaborado no dia 29.01.2008 que nós solicitamos, que tem números, é uma lista infundável, tem vários datados do dia 31 de Dezembro de 2000 a S. Roque, tem a Macinhata da Seixa de 2001, tem a Oliveira de Azeméis de 2001 e fico-me por aqui porque a lista é longa e seria fastidiosa. Vou falar de saúde a seguir. A conclusão das obras na Urgência do Hospital de S. Miguel deve ser para todos nós um motivo de orgulho. A situação das Urgências no nosso Hospital há muito estava diagnosticada. Muita tinta tinha sido gasta a este propósito, muito se havia dito, outras tantas visitas haviam sido realizadas, nomeadamente por quem na circunstância tinha responsabilidade pública na respectiva tutela. Desde há muito que as obras na Urgência do Hospital S. Miguel constavam de vários planos de excelentes intenções, mas nunca tinham passado disso. Eis que finalmente as obras são realizadas. Este Governo e esta maioria, realizou finalmente aquilo que outros não fizeram, fez o Governo aquilo que além de ser uma necessidade inadiável era sua obrigação. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis prestou a colaboração necessária para que no decurso das obras fosse assegurada a prestação provisória desses serviços, custeando os contentores necessários para o efeito. Já muito se falou, as várias Oposições fizeram-no, que a requalificação do Serviço Nacional de Saúde encetada por este Governo, mais não era do que uma operação financeira para diminuir custos. Afinal, nesta obra da Urgência do Hospital de S. Miguel, inicialmente orçamentada em €100.000,00 (cem mil euros), o Governo acabou por gastar € 400.000,00 (quatrocentos mil euros). Mas gerir é isto mesmo, acabar com custos que não produzem nenhum benefício para canalizar meios para onde há muito eles faziam falta. Os Oliveirenses mereciam-no, os profissionais de saúde mereciam-no e por fim temos um verdadeiro Serviço de Urgências Básico, digno desse nome e já ao serviço dos seus Utentes. Vou a seguir, é pena que o Senhor José Francisco Oliveira tenha saído porque eu a seguir vou fazer, como vem sendo hábito, propostas muito concretas, e propostas muito concretas para a gestão do nosso Município. É natural, ele não ouve e depois não as conhece e como também nem sempre lê aquilo que a imprensa local escreve depois tem destas dificuldades. Questões como desburocratização, transparência de procedimentos e celeridade nos actos de relacionamento entre o Estado e os Cidadãos, em que estes dependem de um acto daquele, são hoje necessidades que ninguém questiona e a sua implementação noutras instâncias do estado têm produzido vantagens que hoje ninguém questiona. Medidas como a empresa na hora, a casa pronta e o simplex em geral, têm contribuído fortemente para a celeridade e para a diminuição da opacidade nos procedimentos do Estado. No que toca às Autarquias, e à nossa em particular, não é de agora é de há muitos anos que os Municípios se vêm queixando que a máquina é pesada e que demora imenso tempo a responder sempre que os particulares precisam dela. E se há sectores onde este peso mais se nota, um dos quais é o das Obras Particulares. Com frequência somos abordados por Municípios que se queixam do tempo que demoraram a obter um licenciamento de construção do Departamento das Obras Particulares. Todas as pretensões de construção no nosso concelho se traduzem num investimento nele, obviamente que este investimento pode ser

melhor ou pior, mas não é disso que vamos cuidar agora. Quem pretende construir um empreendimento urbano no nosso concelho vai permitir, entre o mais, arrecadar receita, quer através da cobrança pela Câmara Municipal das taxas respectivas, quer através da liquidação de um imposto directo, do qual a Câmara Municipal beneficia como seja, por exemplo, o IMT. Quem quer construir uma empresa industrial ou comercial, investe no nosso Município e vai criar riqueza para este: taxas, IMI, derrama, criação de postos de trabalhos, etc.. Muitas vezes, todas estas tentativas de investimento esperam meses e anos pelo seu licenciamento, tempo mais que suficiente para que o particular siga um de dois caminhos: se desistir, nós, Município, perdemos tudo; se construir sem licença, que é outro dos caminhos, perde-se muita coisa, sobretudo perde-se a capacidade de controle sobre aquilo que à Câmara Municipal compete controlar (o uso e a administração do seu território); perde-se a face legal e a moral política; potencia-se o sentimento geral da impunidade e propaga-se a praga que pode afundar um qualquer regime democrático, a de que o crime compensa. E tanto mais se propaga este sentimento, quando começa a ser voz corrente que os autos de notícia elaborados pelos serviços de fiscalização da Câmara Municipal, as coimas respectivas, além de parcas, não se sabe muito bem se e quando são cobradas, porque de processos de embargo de obra com a consequente demolição, não há memória neste concelho. Mas quando uma destas duas coisas acontece, além do Município em geral, há sempre um outro particular que fica a perder, é o particular-cumpridor, aquele que é incapaz de lançar mãos à obra sem a licença na mão e que não obstante cansado de esperar e cansado de sucessivos ofícios que lhe pedem às pinguinhas o que podia ser pedido de atacado, ainda assim continua à espera. Temos de acabar com a penalização dos cidadãos cumpridores, temos que agilizar procedimentos que diminuem as perdas do Município. É preciso mudar o paradigma, os entes públicos não existem para complicar a vida dos cidadãos, existem antes para, regulando as relações entre eles, prestar um bom serviço e com isso facilitar-lhes a vida e isto não se consegue com a certificação administrativa de qualidade de um qualquer dos serviços. Não, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. Consegue-se com medidas concretas de simplificação e de desburocratização dos serviços. Essas sim, melhoram a vida das pessoas e por isso as pessoas percebem-nas, e passo a elencar medidas a este propósito, é bom que toda a gente as ouça com atenção, são medidas concretas de gestão: temos que acabar com a inutilidade e completa aberração dos particulares terem que instruir processos na Câmara Municipal, fornecendo à Câmara Municipal documentos que o particular tem que requerer à mesma Câmara; temos que promover a celeridade de resposta das entidades externas que têm que emitir parecer obrigatório para os processos de licenciamento da Câmara Municipal, nem que seja fazendo impor a regra do silêncio, com o valor negocial, o chamado vulgarmente de deferimento tácito; temos que criar um manual de procedimentos gerais, que no caso do Departamento das Obras Particulares, habilite qualquer requerente de início a saber tudo aquilo por que, consoante a obra que pretenda licenciar, terá que passar; criar um mapa de informação zonado, que vinte e quatro horas por dia esteja ao alcance de qualquer Município, informando de toda a possibilidade legal construtiva de todo o território do concelho, criação que aliás passa a ser imposta para o PDM, a partir da entrada em vigor das últimas medidas legislativas aprovadas na Assembleia da República em matéria de combate à corrupção, nomeadamente a Lei 53/2007 de 31 de Agosto, que impõe a transcrição digital georeferenciada dos PDM's; temos que normalizar comportamentos padrão que reduzam ao mínimo aquilo que ainda que possa não ser, às vezes tende a parecer, um tratamento discriminatório dos Municípios nos processos de licenciamento; temos que tornar obrigatória a digitalização dos processos de licenciamento, por forma a que eles possam estar sempre acessíveis à consulta pública, sem desvalorizar nisto os enormes benefícios em termos de segurança. Se queremos ter um

Município do século XXI, temos que o gerir com as regras próprias do seu tempo. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD, que interveio da seguinte forma: =====

===== O concelho de Oliveira de Azeméis tem vivido um período recente de grandes e avultados investimentos que resultarão, a curto ou a médio prazo, em mais desenvolvimento, mais emprego mais, mais riqueza, melhor qualidade de vida para todos os Oliveirenses. E o Partido Socialista tem, justiça lhe seja feita, sempre dito e reafirmado que não é contra os grandes investimentos no concelho. Não é contra a pista de Karting, que se vai efectivar no Pinheiro da Bemposta; não é contra o investimento da Lactogal, na fábrica de produção de queijo e que avança a um bom ritmo de construção e do investimento da Semicentro situado nas zonas limítrofes de Loureiro e Adães; não é contra a recuperação de uma das mais emblemáticas obras de Oliveira de Azeméis, que já foi único na Península, o giratório do Hotel Dighton; não é contra o Azeméis Shopping Center, nem contra o Stapples, E'leclerc, Intermarché, Feira Nova, nem contra os avultados investimentos feitos pela Ferpinta em Carregosa e em Loureiro, nem contra as novas acessibilidades... só para citar alguns exemplos. Isso, nós já sabemos que o PS não é contra! Aliás, sempre que, por alguma razão os invocam nesta Assembleia ou em outros quadrantes, começam quase sempre por reforçar essa ideia, nós não somos contra, mas... Mas se não são contra, porque razão acrescentam sempre um articulador do discurso com sentido de oposição e adversativo? Para acrescentar que há sempre algo que não está bem. Sejam os preços dos terrenos ou o tipo de permuta, ou a sua localização, ou o processo burocrático de licenciamentos e o processo de alvarás etc. etc. etc. E a ideia que fazem passar é precisamente a contrária, pois parece que quanto mais e melhor investimento para Oliveira de Azeméis, isso de alguma forma tolhe a vossa acção como Partido de Oposição que tem, tal como ainda na edição de hoje do jornal "A Voz de Azeméis" diz o Senhor António Figueiredo e Silva, por acaso um nosso conterrâneo de Loureiro "o PS é um Partido que tem sede do poder". E esta sede de poder é incompatível com a onda de desenvolvimento que o Município vive, quer por iniciativa da Autarquia, quer por iniciativa de particulares. Senão vejamos: Lactogal - Vai investir 50 milhões de euros na construção de uma nova fábrica de queijo, em Oliveira de Azeméis, o que permitirá criar cerca de 200 novos postos de trabalho. A imprensa local e nacional deu o devido destaque a este investimento anunciado por Casimiro de Almeida, Presidente do Grupo, na inauguração da unidade fabril de Modivas, em Vila do Conde, e de imediato apadrinhado pelo Primeiro-Ministro: "Vamos apoiar esta nova fábrica porque temos consciência que são estes os investimentos críticos no nosso processo de desenvolvimento", diz José Sócrates. José Sócrates aproveitou a ocasião para salientar o exemplo da empresa como um caso de sucesso num sector dado como condenado, mas que em quinze anos conseguiu passar de noventa mil para quinze mil produtores de leite, que se juntaram nas suas cooperativas de forma inteligente, se uniram numa grande empresa que consegue competir num sector muito exigente, onde as margens são mínimas, um exemplo que gostaria de ver replicado noutros sectores produtivos a nível nacional. Este investimento fará com que Oliveira de Azeméis se mantenha uma referência na indústria agro-alimentar. Nós já sabemos de que o PS não gosta do local, mas meus caros a Lactogal só se faria ali, de contrário teríamos dezenas e dezenas de Municípios, isto para não lembrar o Município de Santarém, dispostos a oferecer condições, infinitamente mais vantajosas, a acolher esta empresa. Isso iria levar a um esvaziamento ainda maior da Proleite, não só não iríamos criar mais emprego como iríamos provocar mais desemprego. O investimento, nos dias de hoje é um bem escasso, todos

nós sabemos, e atrás de um investimento vem outros investimentos. A Semicentro, uma empresa participada da Proleite, que V. Exas. também referiram por causa do licenciamento dos muros, vai ser mais um grande investimento, desta vez, na zona limítrofe entre Loureiro e Adães. E é preciso que se diga que surge na sequência também do investimento feito pela Lactogal. Escuso de repetir os benefícios para o concelho e sobretudo para as freguesias abrangidas. Para além do avultado investimento que resulta na criação de mais emprego, mais riqueza e consequentemente na fixação da população, há um benefício claro para aquelas duas freguesias, e para as outras envolventes, freguesias essencialmente rurais, pois trata-se da instalação de serviços de apoio directo aos agricultores. Quanto ao Dighton, trata-se de recuperar e reabilitar uma das “jóias da coroa” já que o giratório foi uma das referências, um dos ex-líbris do concelho por ser único na península, mas também aqui há os vossos mas... os papeis, as licenças... Pois meus caros, não creio, ninguém duvida, que a Câmara Municipal não exerça a sua acção fiscalizadora e que cumpra e faça cumprir a lei, mas também não poderá nestes, como em outros empreendimentos já aqui citados, servir de factor de dissuasão e afugente tão importantes empreendimentos para o nosso concelho. Não esqueçamos que são, de facto, excelentes projectos para o concelho e que devem ser acarinhados por todos, sob pena de um destes dias estarmos todos a lamentar as oportunidades perdidas e o não termos aproveitado o comboio do progresso e da modernidade que, tal como o Senhor Arquitecto Gomes Fernandes referiu e muito bem, hoje, na imprensa local, “não passa duas vezes”. Ou se aproveita, se acarinha e se incentiva (este deverá e deve ser sempre o papel dos políticos com visão estratégica) ou nunca mais apanharemos o comboio da modernidade. E nisso estamos inteiramente de acordo. O tempo também se escoia, e eu não tenho abusado do tempo ao contrário do que às vezes acontece com outras pessoas, peço só para esclarecer dois aspectos que aqui foram evocados e que acho importante sublinhar. Em primeiro lugar, Senhor Eng.º Joaquim Jorge, a questão das afirmações proferidas em contexto de Assembleia Municipal, ou noutros contextos, nomeadamente e especificamente em contexto partidário, é evidente que muitas vezes se cometem excessos e os excessos são cometidos de parte a parte, infelizmente. Infelizmente lembro algumas das suas citações e alguns dos responsáveis do Partido Socialista, que foram e são muitas vezes evocadas por alguns artigos até de opinião, em que se nota, de facto, os excessos de linguagem que não são de todo subscrito por mim, nem por ninguém. E nisso nós estamos inteiramente em contradição, no que diz respeito à aceitação, primeiro porque não nos revemos em qualquer tipo de insulto ou questões pessoais, nem aqui, nem noutra plataforma de discussão. Não ponha, não ponho eu também, não ponha nenhum de nós, em causa o voluntarismo e a boa vontade de qualquer um destes Membros da Assembleia Municipal, seja de que Partido for. E nesse aspecto, acho que muito mais importante do que as questões que nos possam dividir em termos pessoais, deve prevalecer sempre, e sempre, os interesses do concelho, os interesses do Município. E aqui sublinho um aspecto que o Senhor Eng.º Joaquim Jorge aqui referiu e que tem a ver com o seguinte: eu não ficaria de modo nenhum satisfeito, nem eu nem nenhum de nós, que nenhuma empresa do concelho, seja de um Membro do Partido Socialista, seja de um Membro de qualquer outro Partido, fosse à falência, ficasse numa situação economicamente precária, por causa de qualquer outro investimento. Nunca. Nós defendemos, e queremos defender, em primeiro lugar aquilo que é nosso e nisso nós faremos sempre fileiras em prol da defesa do que é nosso. Mas não podemos esquecer que vivemos num mundo global. Duas notas finais, Senhor Presidente, já termino. Em relação à questão de Lisboa, obviamente já aqui foi referido e sublinho, a atitude da Oposição foi completamente daquele que temos aqui em Oliveira de Azeméis, não vale a pena estarmos a referir isso. Aqui, há muita pressa em criar uma situação de ruptura em termos de Câmara Municipal. Em Lisboa, felizmente, a Oposição uniu-se e estuda em concreto e em conjunto com

a Câmara Municipal as melhores soluções, para resolver um problema que é de todos. E aqui também, o problema que é de todos, parece que não é sentido da mesma forma pelo Partido Socialista. Relativamente às Urgências do Hospital de Oliveira de Azeméis, só para dizer o seguinte: é evidente que todos nós nos congratulamos com as obras que foram feitas, com os benefícios que lá estão e com o serviço de melhor qualidade que é prestado ao público. Mas não esqueçamos que foi muito fruto à grande intervenção feita pela Câmara Municipal e por todos os Partidos com assento aqui nesta Assembleia Municipal e a postura que assumimos em conjunto, que estas obras se conseguiram, mas porque também houve muito investimento por parte da Câmara Municipal e isso é bom que não se esqueça. Estamos de acordo e eu estou a sublinhá-lo, ainda bem que estamos de acordo em alguma coisa. Só para dizer, e para terminar, que nós estamos muitas vezes, e aparentemente, em desacordo, mas afinal há coisas que nos unem e que nos ligam de uma forma inevitável, porque tenho a certeza que o PS quer também o melhor para Oliveira de Azeméis, como nós queremos e nem sempre podemos fazê-lo da mesma forma, basta que mudem as pessoas. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Eu tenho dois pedidos de palavra, da Dra. Helena Terra e do Eng.º Joaquim Jorge, e eu pedia para que efeito? Para a defesa da honra, muito bem, no final do “Período de Antes da Ordem do Dia”, para continuarmos a Assembleia. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Relativamente à intervenção do José Francisco, quero-lhe dizer que o pavilhão desportivo está em fase de adjudicação, portanto, neste momento já está escolhido o empreiteiro, o contrato e visto do Tribunal de Contas ainda vai demorar uns dois meses a arrancar. No próximo ano, no início do próximo ano, porque o período de construção é de 365 dias, portanto, vamos ter o pavilhão oficina. Mas já agora que estou a falar do pavilhão oficina, eu gostava de pôr uma questão à Dra. Helena Terra, de qual é a fonte de informação em que a Câmara vai ter 50% de participação para este pavilhão? Eu quero-vos dizer e dizer a esta Assembleia Municipal, e quero-lhe começar logo a responder relativamente à dívida do Estado à Câmara, que me custa muito falar nisso. Se em alguma altura eu falei em cinco milhões, é porque haviam cinco milhões ou aproximadamente cinco milhões. Se no documento que lhe apresentei tem € 2.251.612,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta e um mil seiscentos e doze euros) tomara eu que não tivesse nenhum, tomara à Câmara que fosse zero e que o Estado estivesse em dia. O que nós temos relativamente em atraso, e a lista de não pagamentos, não é de participações para as Juntas de Freguesia, poderão ser eventualmente subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia anteriormente, ou a colectividades anteriormente. Eu estou a falar da transferência do FEF que a gente faz e que estamos em dia, porque sei que temos subsídios em atraso, sei que temos subsídios em atraso. Relativamente à Urgência, quero-lhe dizer que foi um sucesso, foi um sucesso e penso que foi um exemplo concreto que demos da nossa honestidade a trabalhar em conjunto com o Governo e inclusive a ir muito mais além do que o próprio protocolo exigia, embora o protocolo ainda tenha da parte do Governo unicamente o cumprimento das obras das Urgências, porque há lá duas cláusulas que não estão cumpridas, aguardamos que venham a ser cumpridas, nós vamos pedir um aditamento, uma adenda ao protocolo, porque nós pavimentamos e remodelamos toda a zona da entrada das

Urgências e vamos também preparar toda a parte do estacionamento, que está pavimentado a tapete, que foi a Câmara que esta semana o fez e também pintar a parte da frente do Hospital, naquela parte ajardinada e preparar melhor o jardim, porque senão uma coisa não dá com a outra. Temos uma bonita entrada para a Urgência e o resto está que é uma vergonha, mas a Câmara está a assumir e está a executar. Relativamente ao funcionamento das nossas Obras Particulares, daqui a um bocadinho peço ao Dr. Ricardo para dar algumas informações relativamente a esta matéria, que dá a impressão que não conhecem bem como é que funcionam as obras particulares e se calhar nós estamos melhores do que o que julgam e é melhor sabermos todos o estado em que estamos. Mas queria-lhe dizer que relativamente a execuções fiscais e contra-ordenações, nunca a Câmara actuou como actua hoje. A Câmara, infelizmente, é porque há incumprimento, não queríamos aquele dinheiro, cobra mais do que nenhum Executivo foi capaz de o fazer, infelizmente porque a legislação é mais rigorosa e, por outro lado, nós também temos de ser mais rigorosos nas coimas e depois levá-las até ao fim, não é para arquivar é para levar até ao fim. Relativamente à intervenção do Dr. Isidro Figueiredo, não tenho nada a acrescentar pois nós vamos continuar a trabalhar, os investimentos vão surgir, as piscinas dentro de três ou quatro meses estão terminadas, a Praça da Cidade também está praticamente a terminar. Não vale a pena estarmos a falar mais disso, pois as obras vêm-se. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar esclarecimentos relativamente ao funcionamento do Sector de Obras Particulares. =====

===== Relativamente à intervenção da Dra. Helena Terra, quanto às Obras Particulares, certamente que quase tudo do que disse não se aplica a Oliveira de Azeméis, certamente por estar muito tempo fora de Oliveira de Azeméis, porque não conhece a realidade das Obras Particulares em Oliveira de Azeméis. Eu queria dizer algumas coisas, porque muitos dos considerandos que levantou podem ter sido o preâmbulo de alguma Lei nova relativamente ao Urbanismo, agora saíram leis recentes, porque, infelizmente, as alterações ao novo regime jurídico do n.º 555/99 não tem preâmbulo, nem tem justificação, para as alterações que vão surgir, e certamente que não foi nesse preâmbulo mas terá sido noutra preâmbulo. Tudo o que falou já se aplica em Oliveira de Azeméis e eu queria dar alguns exemplos do porquê das alterações realizadas pelas Obras Particulares, que permitem que empresas como o novo shopping, a Ferpinta, a Lactogal, o E'leclerc, o Intermarché, o Feira Nova, o giratório, Semicentro, Stapples, Fabrilcar, entre muitas outras, tivessem investido nestes dois anos, ou irão investir, aqui em Oliveira de Azeméis. É sinal que têm confiança nas Obras Particulares de Oliveira de Azeméis. Para além disso, relativamente à questão de saber se um cidadão, um Município de Oliveira de Azeméis sabe ou não os elementos como pode instruir um processo de Obras Particulares é fácil, a ignorância da Lei não aproveita a ninguém como a Senhora sabe e resulta do Código Civil. Há uma Portaria também que define que elementos e são necessários para instruir um processo de obras. E, para além disso, também existe um regulamento municipal de edificação em Oliveira de Azeméis, caso não saiba. Portanto, todos os cidadãos, todos os Municípios, todos os Técnicos, têm conhecimento da legislação e dos regulamentos que existem para se poder instruir um processo de obras. Para além disso ainda, a Câmara Municipal esta a desenvolver um novo processo, penso que toda a gente sabe, de gestão documental e workflow que vai permitir a que dentro em breve, e ainda este ano, todos os Municípios possam aceder de sua casa e saber exactamente como é que está um processo de obras ou qualquer outra informação da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Eu penso

que isso não é novidade para ninguém, só realmente quem não conhece, quem não procura também saber as novas realidades que se passam no Município em termos administrativos. Relativamente a algumas obras que são necessárias para o desenvolvimento e para o progresso de Oliveira de Azeméis, como a Senhora Dra. sabe existem os PIN's a nível nacional, entenda isto, muitas delas como PIM's – Projectos de Interesse Municipal. Isto são realmente algumas notícias que surgiram relativamente à última semana penso eu, penso que a Senhora Dra. também sabe o que é um PIM, portanto entenda isto como um PIM. Isto também é simplex Senhora Dra. e às vezes nós aqui também poderemos estar à frente das próprias medidas governamentais relativamente a questões do simplex. Quanto à empresa na hora, como a Senhora Dra. sabe muito bem, é Jurista, que não se consegue constituir uma empresa numa hora, portanto não adianta levantar alguns “bluffs” de algumas medidas deste Governo, porque na realidade e na prática a Senhora Dra. sabe que isto não acontece. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Narciso Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. ==

===== Boa tarde. Eu faço parte desta Assembleia Municipal, mas estou aqui como Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. Aquilo que vou perguntar ao Senhor Presidente, é aquilo que eu quero para Macieira de Sarnes e aquilo que eu trabalho, embora seja contrariado. Senhor Presidente da Câmara, para quando a ligação à Via do Nordeste? Eu já falei nisto no mandato passado e nós ainda continuamos a não ter uma ligação directa a Oliveira de Azeméis, tenho de ir a S. João da Madeira e eu não o queria fazer, porque eu tenho aqui na memória e no coração que há um coração só que é Oliveira de Azeméis. Para quando as obras na freguesia? Para quando a parte final do saneamento? Para quando o emissário de ligação à ETAR? Para quando a variante que está a fazer falta? Para quando a requalificação da 327, que está a rebentar pelas costuras? Para quando os alargamentos? Para quando a puxada de águas às Barreiras Altas, também conhecido por Restaurante Milita, que também é Macieira? Para quando as recargas de tapete para conservação? Para quando a averiguação e peroração pelo desenvolvimentos da freguesia de Macieira de Sarnes? Agora, esta parte dirigida ao Senhor Presidente, eu queria fazer aqui um comunicado, ou melhor, queria falar aqui na Assembleia Municipal, que é o Órgão que eu escolhi talvez para ler uma carta que eu recebi do PS a retirar-me a confiança política. “Assunto: Deliberação da Comissão Política Concelhia. Venho por este meio, remeter a V. Exa. o teor da deliberação da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Oliveira de Azeméis”. Aonde diz assim: “PS retira confiança política ao Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. A Comissão Política Concelhia do Partido Socialista deliberou, por unanimidade, retirar a confiança política ao Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, Narciso Pinho, eleito nas Autárquicas de 2005, nas Listas do Partido Socialista. A decisão é suportada na análise da situação política nos Órgãos Autárquicos de Macieira de Sarnes, onde se constata uma manifesta incapacidade de liderança e coordenação de equipa por parte do Presidente da Junta de Freguesia. Com sentido de responsabilidade e coerência política, o Partido Socialista reforça a confiança política nos restantes eleitos para a Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, que continuarão de forma abnegada a pugnar pelo desenvolvimento da freguesia de Macieira de Sarnes. O Partido Socialista regista e agradece os contributos dados por Narciso Pinho, em especial nos dois mandatos anteriores para o desenvolvimento da freguesia de Macieira de Sarnes, lamentando ter sido forçado a tomar esta decisão”. Ora bom, eu li esta carta três, quatro, cinco vezes e cheguei à conclusão, do conteúdo que ela tem, não responder, e não respondi, porque aqui diz assim “decisão é suportada na análise da situação Política nos

Órgãos Autárquicos da freguesia de Macieira de Sarnes, onde se constata uma incapacidade”. Ora bom, é lamentável que o Partido Socialista, ou a Concelhia do Partido Socialista, seja mal informada, por quem quer que seja de Macieira de Sarnes, para poder ter a coragem de escrever uma carta destas. Eu como não respondi, pensei, pensei, e então cheguei a uma conclusão: fazer um comunicado: Ex.mos Senhores, tomei conhecimento de que o Partido Socialista retirou a confiança política ao Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes por “manifesta impossibilidade de liderança e coordenação da equipa por parte do Líder da Autarquia”. No mesmo documento que me enviou e que fez questão de publicar na comunicação social local, o Partido Socialista declara que “reforça a confiança política nos restantes elementos para a Junta e Assembleia de Freguesia”, três indivíduos que nunca fizeram uma palheira por Macieira de Sarnes. Confesso que fiquei surpreendido. Não sou militante do Partido Socialista. Contudo, nas duas Eleições Autárquicas anteriores e como Independente integrei a Lista do Partido Socialista e conquistei para este partido pela primeira vez, e por duas vezes consecutivas aquela Junta de Freguesia. O Partido Socialista, porém, tem a memória curta e quer esquecer quem o ajudou a conquistar a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, embora gratidão seja coisa que não existe na política, o que acompanha a habitual falta de memória e de reconhecimento. O Partido Socialista retirou-me a confiança em consequência do diferendo que me opôs ao Tesoureiro da Junta, também eleito na Lista do Partido Socialista, Senhor José Ernesto. É bom saber e disso dei conhecimento a V. Exas., que a razão da retirada da confiança política à minha pessoa ocorre simultaneamente com a reafirmação da confiança política no Senhor José Ernesto, Tesoureiro da Junta. E isto acontece exactamente quando o Tribunal, chamado a pronunciar-se e a decidir sobre o lamentável incidente ocorrido em reunião da Junta de Freguesia por mim presidida, condenou o Senhor José Ernesto pela autoria de um crime de injúrias agravadas à pessoa do Presidente da Junta. Uma leitura simples destes factos conduzirá à conclusão de que onde e a quem o Tribunal censura e pune, o Partido Socialista encontra razão e oportunidade para reafirmar confiança. Enquanto o Tribunal pune, o Partido Socialista encontra razões para louvar e confiar. Apesar de tudo, é bom que se saiba que o dito Senhor José Ernesto foi condenado pelo Tribunal por ter injuriado o Presidente da Junta em reunião da Junta por este presidida. O Tribunal, por sentença de 22.01.08, condenou o arguido José Ernesto da Silva: “1. Como autor material de um crime de injúrias agravadas, previsto e punível pelo art.º 181.º e 184.º por referência ao art.º 132.º n.º 2 al. j) do Código Penal, na pena de 90 dias de multa à taxa diária de € 6,50 (seis euros e cinquenta cêntimos) / dia, num total de € 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco euros). 2. Julgar parcialmente procedente o pedido de indemnização civil e em consequência condenar o arguido no pagamento da quantia de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros) acrescida de juros moratórios contados desde 22.11.07 até efectivo e integral pagamento à taxa de 4 %. Vai o arguido condenado nas custas do processo, fixando-se a taxa de justiça em € 144,00 (cento e quarenta e quatro euros) já reduzida a metade por força da confissão, a procuradoria em metade desse valor. Acresce o equivalente a 1% da taxa de justiça fixada, nos termos do art.º 13.º n.º 3 do Decreto-Lei 423/91, de 30 de Outubro”. Ora, foi ao cidadão Presidente da Junta, vítima daquelas injúrias, quando dirigia uma reunião deste Órgão, que o Partido Socialista resolveu retirar a confiança, o que só pode senão significar concordância com este comportamento, isto é, concordância com a incivilidade e comportamento criminoso do referido Senhor José Ernesto a quem, não obstante e pelos vistos, se reconhece qualidade e capacidade para em Lista pelo Partido Socialista continuar a representá-lo. O Partido Socialista retirou-me, pois, a confiança política. A partir deste momento deixa de fazer sentido que continue a integrar o Grupo deste Partido, não podendo estar com quem não me quer. Por isso, a partir de hoje passarei a sentar-me na bancada dos independentes. Ora acontece que eu me sentei ali, e por mera educação e

respeito vou estar ali até ao fim da Assembleia, mas na próxima o Senhor Presidente há-de arranjar-me uma mesa e uma cadeira para eu ir para a Bancada dos Independentes. Senhor Presidente da Assembleia, só uma achega, o Senhor Presidente aqui podia fazer exactamente como o meu Senhor Presidente da Assembleia faz em Macieira de Sarnes, quando eu peço a palavra para falar ele começa-me a cortar a palavra, o Senhor Tesoureiro, o Senhor José Ernesto, pede a palavra para falar e parece um propagandista na feira a vender meias, e deixa-o falar. Desculpe, é só um segundo, e a Primeira Secretária diz assim “Senhor Presidente, mande-o calar que isto não são acções” e ele diz assim “não senhor, ele tem de falar, porque não falou na anterior, agora pode falar tudo”. Eu na próxima vez tenho de falar o dobro, porque é raro falar. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====

===== A Rua Marechal Carmona nasce da variante para Vale de Cambra na direcção de Moinho-do-meio. Aí, onze fogos continuam impiedosamente, nesta freguesia e cidade de Oliveira de Azeméis, sem fornecimento de água da rede pública, não tendo também esses domicílios saneamento básico e tendo, por ironia do destino, junto a eles um colector de saneamento que deixa em determinada parte do seu trajecto de ser manilhado, indo inquinando o solo e subsolo antes que as águas residuais cheguem ao rio. Os poços que tantas vezes secam, são inquinados pelas águas residuais e também o rio - que triste destino o seu!. Alguns dos locatários fizeram obras na propriedade para posterior ligação à rede pública e por ofício de 22/08/2005 foi dado conhecimento que a vistoria na instalação de uma família foi aprovada. Mais tarde por outro ofício, este de 07/10/2005, foram os mesmos informados que iria ser lançada empreitada de prolongamento da rede pública de abastecimento de água. Contudo, em 13/01/2006, após espera, despesa e paciência foi dito que não pode ser dado andamento do processo, porque não existe conduta no local, devendo dirigir-se ao Gabinete de Atendimento ao Município a fim de requerer a viabilidade da ampliação da rede de abastecimento de água. Atentado à Saúde Pública e um não serviço à população que tem direito a muito mais: falta água potável nos domicílios; falta saneamento nas habitações; e, o que não falta, é a poluição do solo com a contaminação do lençol freático e a poluição do rio pelas águas residuais dum saneamento que é conduzido, teimosamente, para local impróprio. Para quando a ETAR? Pelo menos por caridade faça-se algo para ajudar estas famílias. Senhor Presidente da Assembleia, peço que me autorize, ou vou dizer e tomar como minhas também, as felicitações que quero dirigir ao Dr. Isidro Figueiredo. Felicito o Senhor Dr., por motivo da publicação que V. Exa. fez sair sobre a problemática do ensino. E permita-me que lhe diga, que me considero também felicitado por estar convosco nesta Assembleia Municipal. É raro que hoje, e nós somos uma população maioritariamente católica, que se tenha a sorte de ter a Ordenação e Missa Nova de naturais de Oliveira de Azeméis, que vão servir em Moçambique, e é por esse servir o próximo sobretudo, que me merece pedir a Vós meus caros Colegas desta Assembleia que aproveis um voto de congratulação por isso mesmo. Portanto, quero que V. Exa. Senhor Hermínio Loureiro, o faça e o sujeite à aprovação desta Assembleia. Por último, queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que já nos falou do trajecto 7 da Via da Cintura Interna, mas há dias encontrei, não tive miragem, um automóvel, ou uma furgoneta, junto à linha do caminho-de-ferro, antes da entrada da Abelheira e a zona baixa da Zona Industrial. Queria saber se o túnel está ou não está para seguir e quando é que será feito. E isto porquê? Também podia dizer que já há máquinas a trabalhar, pelo menos em britas, para a A32. Por outro lado, li nos jornais a discussão da localização do hospital. Permita que vos peça, que é altura de bem

pensar e sobretudo de muita prudência. Deixe-me dizer que gato escaldado de água fria tem medo. Era isto, Senhor Presidente, que lhe queria dizer. Escuto as suas respostas. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedido o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====

===== Boa tarde a todos. Duas questões muito rápidas. Como deve ser do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara, nós recentemente, através de uma delegação do meu Partido, e com a presença de um Deputado da Assembleia da República, realizamos uma visita de trabalho às novas instalações do Serviço de Urgência do Hospital de S. Miguel, do qual também nos congratulamos e visitamos e tivemos uma reunião com os responsáveis também pelo Hospital e pelo Centro de Saúde. A intervenção que eu aqui quero colocar é a apreensão da parte dos responsáveis do Centro de Saúde, que nos colocaram quanto às futuras instalações, ou seja, uma grande preocupação e grande apreensão, do qual também das reuniões com os responsáveis, concretamente com o Senhor Director do Centro de Saúde e outros que estiveram com os responsáveis da Administração Regional de Saúde do Centro, estão muito apreensivos porque não sabem quando é que as obras serão executadas. Foram-nos colocadas as exiguidades e sobre a lotação do actual Centro de Saúde, com grande preocupação, falta de condições das actuais instalações para o melhor atendimento, para além da falta de médicos e enfermeiros do actual centro. Face a esta situação, o concelho está a ser prejudicado para uma melhor prestação dos cuidados de saúde às populações. Senhor Presidente, as nossas preocupações, tal como por diversas vezes também aqui foram colocadas por outros eleitos, prendem-se com a actual situação que se arrasta há bastantes meses quanto à conclusão do futuro Centro de Saúde. Eu só quero dizer ao Senhor Presidente e aos Colegas, eu semanalmente passo lá e achei caricato, porque dois dias antes da nossa visita de trabalho, fui ao Centro de Saúde visitar aquilo, eu passo lá uma ou duas vezes por semana para ver como é que está o estado, e deparei, dois dias antes desta visita, com o portão da entrada derrubado, eu entrei lá dentro, e deparei com os sacos de cimento-cola descobertos, à chuva, porque estava a chover, com aspecto degradado. Senhor Presidente, dá um aspecto de uma imagem degradada daquele Centro de Saúde, e de total abandono. Quando lá fomos, eu por acaso não participei nesta visita, passados dois dias o portão estava colocado, porque tiveram conhecimento que lá ia uma delegação, que ia lá um Deputado, que eu com certeza andava a tomar as medidas necessárias. Senhor Presidente, o que eu queria aqui lhe colocar, era que me informasse e informasse a Assembleia se tem conhecimento para quando está prevista a conclusão das obras, que estavam previstas para a sua reabertura em Setembro de 2006? Estão passados dois anos e não se sabe. E que diligências a Câmara Municipal tem efectuado para desbloquear esta situação? Será com a Administração Regional do Centro ou será com a Administração Regional do Norte? Aqui também não sei, deduzo que seja com a Administração Regional do Centro. Deduzo, mas se calhar é com a Administração Regional do Norte. Também faço aqui um desafio a esta Assembleia Municipal sobre o que é que podemos fazer, e da parte dos Senhores Deputados da Assembleia da República, para corresponder às expectativas dos responsáveis do Centro de Saúde, do seu quadro clínico, dos seus funcionários, essencialmente para dar resposta a melhores prestações de saúde ao utentes, que são abarcados por este Centro de Saúde. Pela nossa parte, poderão contar connosco e daqui digo que o Deputado Jorge Machado requereu ao Ministro da Tutela uma resposta em relação à situação e quais as medidas que estão a ser tomadas para desbloquear a situação, para que daqui a um ano não estejamos aqui novamente para quando as obras estarão prontas. Para terminar, Senhor Presidente, IC2, o troço da variante que liga a variante de Travanca até à Margonça. Eu coloco isto porque tenho

sido confrontado, há diverso tempo, por alguns Municípios e eu penso que todos nós que circulamos ali diariamente nos defrontamos com esta situação, que é a seguinte: é do conhecimento público que no ano passado todo aquele troço, desde o início de Arrifana até Águeda, houve o asfaltamento desta via, onde circulam centenas e centenas de veículos, mas penso que algumas obras ficaram por executar. Sei que neste momento andam lá em obras, até aqui perto, mas a verdade é que os condutores, e quem circula, estão em constante perigo. Eu penso que um dos perigos que estão ali colocados neste troço, é a falta de luminosidade; a falta de guias de sinalização junto aos raids laterais, não existe; instalação de mecos para dividir as faixas de rodagem tal como está, por exemplo, entre a Margonça e S. João da Madeira, que é necessário. Agora perguntava, ao Senhor Presidente, que diligências da parte da Câmara Municipal estão a efectuar junto do Instituto de Estradas de Portugal, para conclusões, ou se estas obras que estão a ser lá executadas têm este objectivo? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Bom, começava por responder ao meu Amigo Narciso, que pôs aqui algumas questões de obras de grande impacto e de grande financiamento e às quais não posso responder numa Assembleia Municipal, logo a seguir ao seu inflamado discurso. Ligações à Via do Nordeste, uma variante, 327, quando estas obras nem são da nossa responsabilidade, mas sim do Poder Central. Relativamente à intervenção do Senhor Dr. Vieira Dias, eu conheço este caso, embora difícil de resolver, vamos tentar resolvê-lo. Já conhecemos qual é a posição da Câmara Municipal relativamente ao saneamento e à água, mesmo nós e as próprias empresas do Estado estão a preparar, e está tudo já preparado, para se arrancar com a obra de forma que no final do Quadro Comunitário do QREN, tenhamos o País com uma cobertura em 95% em água e 90% em saneamento e Oliveira de Azeméis está englobado nesta vontade e neste planeamento. Foi feito um levantamento às redes, à existência das redes, ao estado das redes, e também à falta dos projectos que existem, que ainda existem falta de projectos, e qual o investimento. Esse trabalho foi feito por um Técnico que veio das Águas de Portugal e estamos na concretização do acordo que se venha a fazer para arrancar definitivamente com estas obras. Relativamente ao troço 07, tem uma parte que está praticamente executada, da Abelheira para a rotunda que liga ao troço 06, praticamente está executada e também na outra parte também tem tapete, a primeira camada e está também em fase adiantada. A REFER demorou bastante tempo com o projecto, o projecto foi três vezes ao empreiteiro, porque o túnel é concessão de construção, não é projecto feito pelo empreiteiro. Já foi várias vezes à REFER e desta vez foi aprovado. Portanto, é muito natural que dentro duas ou três semanas esteja a arrancar o túnel e hoje já há máquinas para furar e colocar os elementos necessários para aquilo passar. De resto a obra terminava até ao talude da linha, não precisa de um mês para estar pronta. Relativamente à intervenção do Óscar Oliveira, eu queria-lhe dizer que a visita de trabalho que fez ao Centro de Saúde, que é uma obra que parou e que não é fácil voltar a começar assim de um momento para o outro. Parou, porque o empreiteiro faliu. O empreiteiro faliu e se houvesse a transferência dos direitos contratuais para outra empresa, a outra empresa começava, mas é que essa empresa não está em condições. Nós também rescindimos com eles e já o informamos, com o Centro Escolar de Azagães, porque não estão em condições. Portanto, eles entraram em insolvência, apresentaram agora um projecto ao IAPMEI de recuperação, mas a empresa está deficitária e, numa reunião que tive com eles, não tem nenhuma hipótese de recomeçar a obra essa mesma empresa. A administração que irá ficar com a responsabilidade, ou vai ficar com a

responsabilidade, vai ter que abrir um novo concurso, vai tomar a posse administrativa, e então a obra irá continuar. Houve uma reunião na Câmara Municipal de Oliveira da Azeméis, entre as duas administrações regionais de saúde, entre a Administração Regional de Saúde do Centro e a Administração Regional de Saúde do Norte. Por isso, tudo me leva a crer, e até ao próprio Director do Centro de Saúde, que a obra venha a ser liderada pelo Norte, portanto é natural que o processo seja transferido para o Norte e que sejam eles a terminar a obra. Claro que é uma necessidade porque o nosso Centro de Saúde não responde, não tem condições, já não tem inclusive espaços necessários, aquilo é tudo apertado, mas nós estamos em cima desta obra e a apertar para que as coisas andem rapidamente. Relativamente ao IC2, há aí uma confusão. O IC2 é de Oliveira de Azeméis ao corte para Santa Maria da Feira. Depois o que se anda a arranjar de Santa Maria da Feira para a frente é uma beneficiação da antiga Estrada Nacional n.º 1. E o que se anda a arranjar do Pinheiro da Bemposta para trás é a beneficiação da EN1. Esta beneficiação transforma a EN1 numa estrada regional ou numa estrada que tem que ter todas as defesas para o peão: criaram-se passeios, baías de estacionamento, melhorou-se as paragens das camionetas, etc. e também se está a fazer algumas intervenções dessas no IC2, que continua a ser IC2. De Travanca para a Branca e Águeda, o meu Amigo falou em Águeda, de Arriñana a Águeda, varia sim, isso é EN1, hoje é uma via urbana. Eles estão a melhorar e estão a tomar medidas em alguns lados, é o caso, por exemplo, em Travanca, que ainda hoje eu tive uma reunião com o Presidente da Junta de Travanca sobre isso, tivemos uma reunião com o Director de Estradas de Aveiro, em que ele vai preparar uma paragem em frente à Mundolar, vai preparar uma saída e entrada de camiões para criar melhor segurança nas pedreiras do Manuel Francisco de Almeida. A obra ainda está a decorrer, há paredões que se estão a consolidar, há valetas que se estão a fazer, há passagens de peões superiores reivindicadas pela Junta de Travanca e isto está a ser negociado. Portanto, o trabalho ainda não está terminado e com certeza que irá ficar uma boa via e com toda a segurança, mas depois será uma via para abandonar a nível nacional, porque a A32 quando avançar, com certeza que esta depois será integrada no domínio do Município. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente, pelas explicações dadas. Dar nota que isto estava quase perfeito, porque temos uma hora de perguntas e uma hora de respostas, mas ainda não podemos terminar o “Período de Antes da Ordem do Dia”, pelo seguinte facto: para além das moções e dos votos que temos que discutir e aprovar, a intervenção do Dr. Isidro Figueiredo provocou dois pedidos de defesa da honra, um da Dra. Helena Terra e outro do Eng.º Joaquim Jorge. Quando o Senhor Presidente da Câmara cedeu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, nas explicações que lhe foram solicitadas, há um outro pedido de defesa da honra por parte da Dra. Helena Terra. Como sabem as ofensas à honra e à consideração, eu tenho isso por princípio desde que assumi esta função, não as vou discutir com quem sente a sua honra obviamente ofendida, por acho que isso não é matéria de discussão e, portanto, atendendo ao artigo 33.º do Regimento, aquilo que eu pedia é que o tempo máximo para usar da palavra são cinco minutos, se pudessem usar menos que cinco minutos eu ficaria muito grato, aos cinco minutos terei que terminar a palavra porque temos obviamente que, dentro de toda a normalidade, dar seguimento à Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS, para defesa da honra, no seguimento da intervenção do Dr. Isidro Figueiredo. =====

=====
Relativamente à intervenção do Senhor Dr. Isidro Figueiredo, o pedido de defesa da honra tem a ver com o facto dele ter referido na sua intervenção que houve excessos de parte a parte. Calculo que quando ele referiu parte a parte se referia a uma das partes o PSD e outra das partes o PS. No que toca ao PS, eu em nenhuma das minhas duplas qualidades, aceito tal imputação, as minhas duas qualidades bem se percebe, uma é de Líder desta Bancada na Assembleia Municipal, outra é de Presidente ainda em exercício da Comissão Política Concelhia. E quero dizer que não aceito isto, aliás já tinha ouvido o comentário há bocado e tinha-o deixado passar, nomeadamente, quando foi referida a diferença entre as Oposições aqui e na Câmara Municipal de Lisboa, a propósito do assunto do Tribunal de Contas. Ia deixando passar, foi voltado a referir e, portanto, à primeira passa, à segunda acho que é demais, até porque diz o nosso povo que tem-se a tendência de que uma mentira várias vezes repetida possa passar a ter conteúdo de verdade, algo que para mim é inaceitável. Quando se fala em excessos de parte a parte, eu quero dizer o seguinte: desafio quem o disse a indicar-me um excesso de linguagem usada para classificar pessoalmente, pessoalmente, algum Membro desta Assembleia Municipal eleito pelo PSD, ou por um outro Partido qualquer, ou a um militante do PSD, repito, desafio quem quer que seja a apontar-me um excesso de linguagem referido pessoalmente a um qualquer destes Membros, porque chamar “gajos do pior”, os “gajos do pior” como já aqui foi referido, são aqueles que cometem crimes, são aqueles que se portam na humanidade de forma absolutamente abjecta, que espero que seja uma coisa que saiba o que é. E são aqueles que por isso tem de ser punidos e reprimidos pela sociedade. Eu confesso-lhe que não conheço nenhum, não conheço nenhum Membro desta Assembleia, de nenhum dos Partidos, não conheço de nenhum dos Partidos desta Assembleia que possa cumprir os ímpetos que V. Exa. referiu na altura. E, portanto, repudio-as por inteiro e continuo a fazer o desafio, a que seja apontado um excesso de linguagem a mim ou a alguém do meu Partido, referido à personalidade, e passo a referir e repito as vezes que forem necessárias para que se entenda, à personalidade de alguém. E quero deixar já a seguinte declaração prévia de interesses: é que se eventualmente alguma vez vier a acontecer por um Membro do meu Partido, enquanto eu for a Presidente desta Concelhia, a primeira coisa que faço é aquilo que a educação que os meus pais me deram e que o bom senso que tento manter me impõem, que é vir à praça pública fazer a minha retratação, embora não ter sido proferida por mim, enquanto àquilo que é a identificação partidária desse Membro, e pedir as desculpas correspondentes a quem se tenha sentido ofendido por este facto. Isto é assim para mim, porque é assim que eu entendo o exercício da actividade política em primeiro lugar, da actividade partidária, em segundo lugar. Quanto às diferenças de Oposição entre esta do PS em Oliveira de Azeméis e a do PSD em Lisboa, foi evidente a diferença, é que a do PSD em Lisboa tinha deixado a herança financeira ao actual Presidente e mesmo assim aquando do pedido só fez números na imprensa, esta que em nada participou para a herança financeira que temos no nosso Município, queimou pestanas a estudar, para vir aqui previamente alertar que o que ia acontecer, foi o que de facto acabou por acontecer. Isto em minha opinião chama-se Oposição responsável. No que toca à Oposição de Lisboa, não foi sequer por falta de formação de nenhum dos líderes de ambos os Órgãos Autárquicos da Autarquia de Lisboa, num caso um distinto Jurista Dr. Fernando Negrão, noutra caso uma distinta Jurista Dra. Paula Teixeira da Cruz, podiam ter-se dado ao mesmo trabalho e ter a mesma atitude pedagógica de, poder-se entender que seria o caso, avisado ser objecto de chumbo. Muito obrigado. =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD, para dar as explicações que entendesse necessárias. =====

=====
Senhor Presidente, Senhores Membros desta Assembleia, eu acho que não vale a pena ver aquilo que não foi visto, ouvir aquilo que não foi dito e, portanto, não vale a pena insistir na tentativa de dramatização de uma situação que não é dramática de modo nenhum. Primeiro, reafirmo totalmente tudo o que eu disse, reafirmo as palavras condenáveis que muitas vezes nesta Assembleia, e noutros quadrantes, o Partido Socialista faz, dirige, directa ou indirectamente, a um Membro desta Assembleia, seja ele com responsabilidade de Líder da Bancada, ou seja um outro qualquer que não exerça as mesmas funções. Para lembrar que muitas vezes foi dito e chamado, por exemplo, ao Senhor Presidente da Câmara, que ele mentia sem o ter provado. É bom que isto se diga e é bom que também aqui o Partido Socialista venha dizer publicamente, e pedir desculpa publicamente por não ter provado uma tal afirmação. Já agora vale a pena, e isto é quase como que uma cereja em cima do bolo, eu acho que não precisava de mais nada, foi praticamente a cereja em cima do bolo, as afirmações aqui proferidas pelo Senhor Narciso Pinho, que serviu o Partido Socialista durante dois mandatos, enquanto serviu, e que diz o seguinte: “enquanto o Tribunal pune, o Partido Socialista encontra razões para louvar e confiar, concorda com a incivilidade e comportamento criminoso”. E mais não é preciso dizer. Resta-me terminar só para dizer o seguinte: parece, com todas as letras, primeiro que verifiquem o que significa em dicionário da Porto Editora, e aconselho o da Porto Editora que é completo, o que é que significa mesmo em gíria, mesmo em gíria, a palavra “gajo”. Em nenhuma circunstância significa aqui aquilo que disseram. Finalmente, parece-me que quem necessita de Novas Oportunidades, e não do Ensino Secundário, mas do Ensino Básico, é o Partido Socialista. Peço imensa desculpa. =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Eng.º Joaquim Jorge, do PS, para defesa da honra. =====

=====
Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Prof. Isidro, nós estamos habituados às suas intervenções, que o colocam sempre num concelho idílico e paradisíaco que, infelizmente, a triste realidade se encarrega de desmentir. Estamos habituados a que defenda o indefensável. Agora, justificar o injustificável é um triste exercício. O que eu esperava de si é que sendo V. Exa. um responsável pela formação e educação de indivíduos, tivesse a coragem de vir aqui condenar as afirmações que foram aqui proferidas e não procurar comparar com alusões da Porto Editora, classificações para aquilo que é absolutamente inclassificável e lamentável. O que eu esperava aqui de si, é que V. Exa., mesmo procurando justificar o contexto em que as afirmações foram proferidas, mesmo procurando justificar uma adjectivação infeliz utilizada pelo nosso Colega de Assembleia, encerrasse este incidente com um mero pedido de desculpas. Isto é absolutamente simples. Muito obrigado. =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD, para dar as explicações que entendesse necessárias. =====

=====
Só mais uma pequena questão de pormenor, eu continuo a dizer e reafirmo aquilo que reafirmei. As afirmações, e foi isso que foi a base aqui explícita por parte do Partido Socialista, foi a questão de eu ter dito que havia excessos de parte a parte. Reafirmo, continuo e continuarei a reafirmar o que disse: houve excessos de parte a parte, ambas condenáveis. Ponto final, sobre o assunto não digo mais nada. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS, para defesa da honra, na sequência das afirmações do Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares.* =====

===== *Eu confesso que quando fiz a minha intervenção de “Período de Antes da Ordem do Dia” a propósito do funcionamento do Departamento das Obras Particulares, tinha muitíssimo poucas dúvidas sobre o dito, mas se alguma dúvida eu tivesse eu tinha-a esclarecido depois da intervenção do Senhor Dr. Ricardo Tavares, porque a postura que ele assumiu foi absolutamente exemplar de aquilo tudo que acabei de referir, ou seja, uma máquina pesada, encrostada, escudada numa Lei que alguns de nós tem toda a obrigação de conhecer, mas que alguns outros que tiveram a infelicidade de não ter as mesmas oportunidades que nós dois, não têm o direito a perceber, escudado num regime jurídico que para qualquer um de nós dois é fácil de desmontar, mas que para um simples e médio cidadão comum que, repito, não teve as mesmas oportunidades que nós dois, será difícil de descodificar e, portanto, se dúvidas eu tivesse sobre o funcionamento do dito Departamento, teria-as dissipado logo de seguida. Senhor Dr. Ricardo Tavares, ignorância da Lei não aproveita a ninguém, sabemos nós dois, quanto à leitura de preâmbulos da Lei, eu quero-lhe dizer o seguinte, V. Exa. terá lido alguns certamente, eu quero-lhe acrescentar que para além de ter lido outros tantos, já tive uma oportunidade que o Senhor ainda não teve, que foi de escrever alguns desses preâmbulos. No que toca àquela postura de uma enorme superioridade intelectual em que V. Exa. se coloca, Senhor Dr. Ricardo Tavares, faz-me lembrar uma outra coisa que V. Exa. referiu é que preocupa-o os dias em que eu não estou em Oliveira de Azeméis. Eu só lhe quero dizer que não conte com isso, sabe porquê? É que mesmo quando não estou em presença física, sou mais ou menos como um militante do seu Partido, hoje Líder de Bancada Parlamentar, continuo a andar por aí. E depois há outra coisa que far-me-á justiça de fazer, é que eu não escolhi mas nasci primeiro, e, portanto, já ando cá há mais uns anos e tive a oportunidade de conhecer o Departamento das Obras Particulares do nosso Município antes de V. Exa., não obstante nunca ter detido a tutela, porque exerci Vereação disso. E quero-lhe dizer uma outra coisa: Senhor Dr., faça um exercício tão simples quanto este, tente um dia descer do alto do poder que tanto lhe ofusca nos últimos tempos uma capacidade de compreender aquilo que eu vou dizendo e que durante anos a fio, por motivos que toda a gente conhece, foi facilmente perceptível para si, e que hoje a única coisa que mudou não foi a nossa filiação partidária que é diferente há muitos anos. A única coisa que mudou para V. Exa. foi o exercício do poder, mas desça lá um dia dessas tamanquinhas, venha cá abaixo à terra. Primeiro, comece a ouvir aquilo que os Municípes dizem ainda que só o digam nas suas costas, nas suas, nas minhas e nas dos outros todos, não é só nas suas que dizem, dizem nas minha também, comece a ouvir o que os Municípes dizem, mas comece a ouvir com a capacidade de entender e assimilar que é próprio de alguém, como V. Exa., que já nasceu fora dos resquícios do Estado Novo. Eu ainda sei o que isso era, porque como digo não escolhi mas nasci uns anos antes. Desça um dia das suas tamanquinhas e perca esse enorme complexo que o poder lhe conferiu, porque ainda está em tempo de o corrigir, se não o fizer o quanto antes, eu acho que só uma qualquer marquesa de psicanálise poderá resolver esse seu problema. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar as explicações que entendesse necessárias.* ==

===== *Ora bem, eu antes de mais queria pedir desculpa se ofendi a honra e consideração de alguém, porque eu não sei. Se foi excesso de poder ou abuso de poder, eu quero desde já*

pedir desculpa, mas não foi essa a minha intenção. Relativamente à questão em concreto, de haver pessoas ou não com oportunidade para conhecer a Lei ou não, uma coisa é certa na Divisão de Obras Particulares respeita essa Lei e quem tem andado a dizer que não e respeita a Lei são V. Exas. Por essa razão, eu faço questão de dizer que o vosso discurso é contraditório com as vossas posições públicas, que vêm aqui dizer que se deve oportunidade, celeridade e simplex às situações e que só uns é que conhecem a Lei e outros não conhecem a Lei. Não, tem que se respeitar a Lei seja de que género as pessoas forem. Mas eu esqueci-me de referir uma questão relativamente à burocracia, só para dizer porque é que efectivamente existem ainda algumas situações e temos resolvido centenas de muitos processos nestes casos, mas para esclarecimentos das pessoas é importante que todos saibam que acerca cinco ou seis anos passou-se a exigir por Lei a obrigatoriedade de apresentação de uma licença de utilização para qualquer negócio jurídico, compra e venda, doações, partilhas, isto passou a ser exigível nos actos notariais, apesar de já ser uma exigência das Câmaras Municipais a partir de 64, na maior parte das freguesias, e 58 ou 52 noutras freguesias, mas passou-se a ser exigido isto. Verificou-se que muitas das construções existentes antes desta altura e que não possuam licenças de utilização foram confrontadas com a existência de um PDM, Plano Director Municipal, que surgiu em 1995. E não estavam, de acordo com as exigências que estão contempladas nesse PDM e daí ser difícil, muito difícil, obter uma licença de utilização com base nisto. Mas eu vou dar um exemplo do que é o simplex, do simplex do Governo que neste caso convém salientar, verificou-se que muitos negócios jurídicos, muitas vendas judiciais, que se realizavam no próprio Tribunal, em que as pessoas confiam ao máximo, verificou-se que muitas dessas vendas judiciais eram feitas sem os prédios ou pavilhões hipotecados ou penhorados, terem licença de utilização e, no entanto, o Tribunal continuava a vender e a alienar esses prédios, até que os notários não conseguiam realizar ou não conseguiam fazer a escritura porque havia a omissão desse requisito, que era a necessidade de licença de utilização. Até que o Senhor Ministro da Justiça assinou um despacho a impor aos notários que realizassem estas escrituras, estas aquisições judiciais sem haver necessidade de apresentação da licença de utilização. Depois que esteja relacionado com o prédio em causa, já vai ser necessário ao particular que adquiriu o imóvel pela via judicial, que ele legalize o prédio numa Câmara Municipal, prédio que ele já adquiriu pela via judicial e que pensa que está tudo correcto, por isso já o adquiriu, mas já vai ser exigível que esse particular adquirente tenha que legalizar a situação junto da Câmara Municipal, com custos e encargos daí derivados, para poder depois fazer qualquer negócio com esse imóvel. Isso demonstra que o simplex não resolve tudo, há muitos problemas colaterais a este tipo de atitudes que depois surgem mais tarde para os particulares. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Vamos então agora votar as propostas que temos na Mesa, uma foi apresentada na sua intervenção pelo Dr. Vieira Dias, que é o seguinte: “Proponho um voto de congratulação pela Ordenação de dois novos Sacerdotes em Oliveira de Azeméis e pela Missa Nova de um deles, natural deste concelho, que irá servir em Moçambique”. O outro tem a ver com “O valioso contributo dado pelo Grupo Juvenil de Pinheiro da Bemposta na formação de jovens no Atletismo; - Considerando o prestígio dado pelo Grupo Juvenil, honrando não só a Vila de Pinheiro da Bemposta, mas também a todo o concelho de Oliveira de Azeméis, sendo já uma referência a nível nacional; - Considerando o brilhante êxito alcançado pelo Atleta do Grupo Juvenil de Pinheiro da Bemposta, José Carlos Viegas que no passado dia 24 de Fevereiro bateu o recorde nacional dos 250 metros de Pista Coberta na Categoria de Iniciados na cidade de

Espinho. Proponho a que esta Assembleia se digne aprovar um voto de louvor a este feito histórico". =====

===== *Colocado à votação um voto de congratulação pela Ordenação de dois novos Sacerdotes em Oliveira de Azeméis e pela Missa Nova do que é natural do concelho e irá servir em Moçambique, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *Colocado à votação um voto de congratulação ao Grupo Juvenil de Pinheiro da Bemposta, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o "Período de Antes da Ordem do Dia".* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um "dossier" exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para iniciar a discussão do ponto.* =====

===== *Eu penso que não há nada a acrescentar. A actividade ainda é uma actividade de dois meses, não é mais, portanto se necessitarem de algum esclarecimento, procuramos responder.* =====

===== *De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para a discussão deste primeiro ponto, não se registando pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.*

===== **Ponto dois:** *Protocolo de colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, para criação de um espaço público de acesso à Internet na sede da Associação – Revogação da deliberação da 2.ª reunião da Sessão da Assembleia Municipal de 26 de Abril, realizada em 04 de Maio de 2007, e autorização de celebração de novo protocolo.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando que: - Por deliberações da Câmara Municipal de 13 de Março e 2ª reunião da sessão da Assembleia Municipal de 26 de Abril, realizada em 04 de Maio de 2007 foi aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de*

Oliveira de Azeméis para a criação de um espaço público de acesso à Internet na sede daquela Associação; - A candidatura foi aprovada mas inserida noutra Medida do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento; - A participação através do POSC – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento foi entretanto alterada; - A viabilização da candidatura implica obras de adaptação, nomeadamente no que concerne às acessibilidades ao espaço (elevador e respectivas adaptações estruturais), valor estimado em € 50 000,00 (cinquenta mil euros), propõe-se: A revogação da deliberação de 13 de Março de 2007; a aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas e, bem assim, se remeta à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É o protocolo que nós inicialmente fizemos com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, para a criação de um espaço público de acesso à Internet na sede da Associação. Inicialmente não prevíamos que fosse necessária a colocação de um elevador, para que o público pudesse ter acesso directo, da parte de fora, ao local aonde vai ser instalado. Isto ainda vai custar algum dinheiro e, por isso mesmo, fazemos a revogação do primeiro protocolo e aprovamos e propomos a aprovação deste. O protocolo tem uma participação de € 50.000,00 (cinquenta mil euros). Também conseguimos que o POSC aumentasse o tempo, o timing de execução, e é possível nós fazermos dentro do prazo que eles nos estabeleceram, se não caía a candidatura. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dois à votação, sendo deliberado por unanimidade revogar a deliberação da 2.ª reunião da Sessão da Assembleia Municipal de 26 de Abril, realizada em 04 de Maio de 2007 e autorizar a celebração de novo protocolo. =====

*===== **Ponto três:** Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga - Constituição e Funcionamento de Equipa de Sapadores Florestais – Alteração às cláusulas 3.ª e 4.ª – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando a necessidade de se proceder a alteração ao protocolo de colaboração para a constituição e funcionamento de uma equipa de sapadores florestais para o Município, assinado em 6 de Março de 2007, propõe-se: a aprovação da minuta da adenda ao protocolo de colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do Decreto-Lei nº 179/99, de 21 de Maio, na actual redacção do Decreto-Lei nº 38/2006, de 20 de Fevereiro e do estabelecido na alínea a) do nº6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; que seja a mesma remetida à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) do nº2 do artigo 53º do diploma atrás referido.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== A alteração é no apoio que nós damos, de acordo com aquilo que é necessário para a equipa funcionar em pleno. É alterarmos a nossa participação anual para €30.568,22 (trinta mil quinhentos e sessenta e oito euros e vinte e dois cêntimos). Portanto, é esta a alteração que o protocolo tem. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, sendo autorizado por unanimidade a celebração da adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga - Constituição e Funcionamento de Equipa de Sapadores Florestais – Alteração às cláusulas 3.^a e 4.^a. =====

===== **Ponto quatro:** Contrato-programa a celebrar com “A NOZ- Associação Nogueirense de Cultura e Recreio”, para apoio na construção do Pavilhão Gimnodesportivo – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando os princípios instituídos como base de actuação da Administração Pública nos domínios do desporto e tempos livres; Considerando que as construções de equipamentos desportivos, recreativos, sociais ou outros, são de interesse público e colectivo; Considerando que as construções de tais equipamentos proporciona às populações em geral e especialmente aos mais jovens, a ocupação de tempos livres que levam a uma melhor e mais sã convivência; Considerando que tem sido critério adoptado pela Câmara Municipal, participar em 20% nas despesas com a construção de equipamentos, objecto de candidatura e outros fundos devidamente aprovada; Considerando a deliberação de 19 de Março de 2002, propõe-se: Ao abrigo da alínea a) do nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a aprovação da minuta do contrato - programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a NOZ- Associação Nogueirense de Cultura e Recreio; seja a mesma remetida à Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea m) do nº2 do artigo 53º do referido diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós temos feito com todas as associações, quer seja em programas desportivos, quer sejam outros programas. O caso, por exemplo, dos lares, em que tempos feito protocolos no sentido de apoiar e de possibilitar o financiamento da obra. Nós propomos que seja atribuída a participação de € 139.688,07 (cento e trinta e nove mil seiscentos e oitenta e oito euros e sete cêntimos). =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, sendo autorizado por unanimidade a celebração do contrato-programa com “A NOZ- Associação Nogueirense de Cultura e Recreio”, para apoio na construção do Pavilhão Gimnodesportivo. =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis, Federação Portuguesa de Futebol e Associação de Futebol de Aveiro, para instalação, gestão e utilização de um campo multiusos na freguesia de Palmaz – Autorização/ Ratificação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que: Em 10 de Setembro de 2007, foi entre o Município de Oliveira de Azeméis, a Federação Portuguesa de Futebol e a Associação de Futebol de Aveiro, celebrado protocolo tendo como objecto a instalação e cooperação na gestão e utilização do Campo Mini-Desportivo, na freguesia de Palmaz, propõe-se: a ratificação do referido protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) do nº2 do artigo 53º do referido diploma.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para iniciar a discussão deste ponto e prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *Foi colocada à disposição dos Municípios, já no ano passado, a construção de alguns polidesportivos novos, um modelo novo, que inclusive chamam o polidesportivo UEFA. É participado pela Federação Portuguesa de Futebol, pela Associação de Futebol e também tem algumas regras para a Câmara Municipal, principalmente em preparar o solo e também de arranjar terreno, que normalmente as escolas têm, porque isto normalmente é para implantar nas escolas. É nesse sentido que nós trazemos aqui este protocolo, praticamente não tem despesas, tem poucas despesas para o nosso Município, é pago quase na totalidade pela Associação de Futebol de Aveiro e pela Federação Portuguesa de Futebol. Vai ser instalado em Palmaz, que ainda não tinha.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, sendo autorizado e ratificado por unanimidade o protocolo celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis, Federação Portuguesa de Futebol e Associação de Futebol de Aveiro, para instalação, gestão e utilização de um campo multiusos na freguesia de Palmaz.*

===== **Ponto seis:** *Protocolo de cooperação celebrado entre o Município, a “Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A.” e o Município de Santa Maria da Feira, no âmbito do processo de loteamento n.º 1007/04 – Autorização/ Ratificação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 3 de Dezembro de 1999, foi entre a Indaqua Feira - Indústria de águas de Santa Maria da Feira, S.A. e o Município de Santa Maria da Feira celebrado “Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira”, sendo a mesma responsável, em regime de exclusividade, pela exploração e gestão conjunta dos serviços públicos de tratamento e distribuição de água para consumo público e da recolha, tratamento e rejeição de efluentes no Município de Santa Maria da Feira e pela execução de todas as obras constantes do Plano de Investimento; - O Município de Oliveira de Azeméis é a entidade gestora da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais*

no município de Oliveira de Azeméis; - O perímetro territorial da concessão Municipal abrange o loteamento referente ao processo de licenciamento pendente na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sob o número 1007/04 em nome de Pina Silva & Almeida, Lda, o qual se situa em zona limítrofe ao Município de Oliveira de Azeméis; - O licenciamento do mesmo depende de parecer favorável da Indaqua Feira relativamente aos respectivos projectos de infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, as quais, uma vez executadas e vistoriadas, serão posteriormente recepcionadas pela Indaqua Feira, nos termos previstos no Contrato de Concessão; - Dada a localização do loteamento em zona limítrofe ao Município de Oliveira de Azeméis, a Indaqua Feira pretende que as redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais que vierem a ser instaladas no Loteamento sejam ligadas aos sistemas públicos municipais de abastecimento de água; Nessa sequência, foi em 11 de Outubro de 2007, celebrado Protocolo de Cooperação entre o Município de Oliveira de Azeméis, a Indaqua Feira - Industria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. e o Município de Santa Maria da Feira, que estabelece o âmbito e forma de cooperação, designadamente no domínio da prestação dos serviços de abastecimento de água no citado Loteamento; Em face do exposto, propõe-se: - A ratificação do Protocolo de Cooperação celebrado em 11 de Outubro de 2007, com a “Indaqua Feira - Industria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A” e o Município de Santa Maria da Feira, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, com efeitos reportados à data do mesmo e fundamentos e termos nele constantes, ao abrigo do artigo 137º do C.P.A. - Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº5-A/02 de 11 de Janeiro”. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Trata-se da ratificação de um protocolo celebrado entre o Município, a Indaqua Feira e o Município de Santa Maria da Feira, no âmbito do processo 1007/04, em Cucujães, o qual se situa na zona limítrofe do nosso Município, pretendendo a Indaqua Feira que as redes de abastecimento que vierem a ser instaladas no loteamento do lado da Feira, sejam ligadas ao Sistema Público Municipal de Abastecimento de Água de Oliveira de Azeméis. Nós já fazemos isto nas Baralhas com Vale de Cambra, fazemos na Branca nos Covais. Quando a despesa é muito maior, sendo a própria empresa a fazer o prolongamento das condutas, havendo as condutas de outro Município, fazemos um protocolo e fornecemos e vendemos nós a água. E, assim, resolvemos o problema à Indaqua Feira e a Santa Maria da Feira.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, sendo autorizado e ratificado por unanimidade o protocolo de cooperação celebrado entre o Município, a “Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A.” e o Município de Santa Maria da Feira, no âmbito do processo de loteamento n.º 1007/04.* =====

===== **Ponto sete:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Oliveira de Azeméis, para execução de obras de beneficiação da Rua de Lações de Baixo e Rua de Vilar – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Que por deliberação tomada em reunião de Câmara de 8 de Janeiro de 2008, foi aprovada*

minuta do protocolo de delegação de competências com a freguesia de Oliveira de Azeméis, para execução de obras de beneficiação da Rua de Lações de Baixo e Rua de Vilar, da freguesia de Oliveira de Azeméis; - Que o valor correcto constante da cláusula segunda é de € 13.492,50 (treze mil quatrocentos e noventa e dois euros e cinquenta cêntimos). Propõe-se: - A revogação da deliberação de Câmara de 8 de Janeiro de 2008, com efeitos reportados a essa data, bem como a aprovação da minuta do Protocolo de Delegação de Competências com a freguesia de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo designadamente do disposto nos artigos 138º e 146º do C.P.A.; - se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *São duas pequenas obras, duas pequenas ruas que vão ser repavimentadas. A Junta de Freguesia lidera o processo, nós fizemos a avaliação do investimento e fizemos o protocolo dentro daquele princípio que nós estabelecemos e dispomos, desde que o protocolo seja aprovado pela Assembleia para financiar estas duas obras e a Junta de Freguesia executá-las.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, sendo autorizado por unanimidade a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Oliveira de Azeméis, para execução de obras de beneficiação da Rua de Lações de Baixo e Rua de Vilar.* =====

===== **Ponto oito:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a “Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA)”, para a concretização da III edição regional e I a nível nacional, do Concurso de Música “Terras de La-Salette”, a realizar no mês de Março de 2008 – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação, Tempos Livres e Desporto consignadas designadamente nas alíneas d) e f) do n.º 1 do art.º 13.º, art.º 19.º e art.º 21.º da Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro; - A importância do ensino da música, fundamentalmente junto das camadas mais jovens; - A experiência anterior, o grande sucesso alcançado e os benefícios decorrentes da realização do Concurso de Música “Terras de La-Salette”, que se presume deverem continuar no futuro; Em face do exposto, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo de colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a “Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), nos termos e condições ali estabelecidas, ao abrigo designadamente da alínea a) do n.º 4.º do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º do diploma atrás referido”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para iniciar a discussão deste ponto e prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

=====*O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para dar os esclarecimentos.*=====

=====*Esta parceria já foi feita o ano passado, este ano com maior abrangência, porque o Concurso de Música “Terras de La-Salette” tem tido, nas duas primeiras edições, o âmbito distrital e este ano foi alargado a âmbito nacional. E, portanto, esta parceria tem sido muito útil e temos que reconhecer que talvez por grande influência da FAMOA conseguimos a dimensão que o concurso está a ter. Temos neste momento, e hoje é o último dia de inscrições, algumas centenas de inscritos para este concurso. Penso que estamos a caminho dos quatrocentos inscritos, o que vai ser uma dor de cabeça para organizar este concurso, mas estou em crer que vai ser uma mais valia, porque temos concorrentes do Minho ao Algarve, para além dos habituais, ou não, da área do distrito. Portanto, é uma parceria vantajosa, em que a FAMOA se tem aplicado muito e tem dado uma colaboração fundamental.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, sendo autorizado por unanimidade a celebração do protocolo de colaboração com a “Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA)”, para a concretização da III edição regional e I a nível nacional, do Concurso de Música “Terras de La-Salette”, a realizar no mês de Março de 2008.*=====

=====***Ponto nove:** Protocolo de colaboração a celebrar com a União Desportiva Oliveirense – Autorização.*=====

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: o Município de Oliveira de Azeméis tem, no campo desportivo, consolidado a sua posição como referência de boa prática ao nível regional, nacional e internacional; - O alcance de tal posição só é possível graças a uma comunhão estratégica de esforços entre os clubes, os seus associados e a autarquia; - A União Desportiva Oliveirense, clube mais representativo do Município, tem dado um contributo essencial neste processo de afirmação, associando o nome de Oliveira de Azeméis aos consecutivos sucessos alcançados ao longo da sua história; - A presença do slogan “Azeméis é Vida”, nas camisolas do clube nas épocas anteriores, aliada à utilização dos autocarros do município resultou em pleno na prossecução do seu objectivo, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo de colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo da alínea b) do nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*É o protocolo de colaboração com a Oliveirense, para a divulgação do nome do Município, através da inscrição no equipamento, camisolas, dos jogadores das suas equipas seniores de futebol, basquetebol e hóquei em patins, do logótipo “Azeméis é Vida”, dado que se trata do Clube mais representativo de Oliveira de Azeméis, o qual tem dado um contributo essencial na divulgação do nosso Município. O protocolo é no valor de € 110.000,00 (cento e dez mil euros), é menos do que era antes.*=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, sendo autorizado por maioria, com a abstenção do Senhor Paulo Ferreira (PSD), a celebração do protocolo de colaboração com a União Desportiva Oliveirense. =====

===== **Ponto dez:** Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães – Pedido de isenção de pagamento de transportes municipais – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Lei das Finanças Locais, publicada através da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, estabelece no seu art. 12º, n.º 2, que mediante proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal pode conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas a cobrar pela primeira; - Que a Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães solicitou a isenção de pagamento dos transportes municipais a efectuar nos dias 15 de Março, 19 de Abril e 26 de Julho de 2008, no âmbito do seu projecto “Mistura Activa”, destinado a pessoas portadoras de deficiência, num valor estimado de € 1.209,70 (mil duzentos e nove euros e setenta cêntimos); - A diminuta disponibilidade financeira deste Núcleo, propõe-se: A isenção de pagamento dos transportes solicitados pelo Núcleo de Cucujães da Cruz Vermelha Portuguesa, num valor total estimado de € 1.209,70 (mil duzentos e nove euros e setenta cêntimos), remetendo-se à Assembleia Municipal para decisão”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== De acordo com a nova legislação, Lei das Finanças Locais, as isenções de taxas terão que ser aprovadas pela Assembleia Municipal. Trata-se de um pedido da Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães, para a utilização dos autocarros municipais nos dias 15 de Março, 19 de Abril e 26 de Julho, no âmbito do Projecto “Mistura Activa”, destinado a pessoas portadoras de deficiência, pelo que propomos a sua isenção, sendo o valor estimado em € 1.209,70 (mil duzentos e nove euros e setenta cêntimos). =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, sendo autorizada por unanimidade a isenção no pagamento de transportes municipais à Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães. =====

===== **Ponto onze:** Autorização/ Ratificação de isenções de pagamento do aluguer dos autocarros municipais no ano 2007. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Lei das Finanças Locais, publicada através da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, estabelece no seu art. 12º, n.º 2, que mediante proposta da Câmara Municipal, a assembleia municipal pode conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas a cobrar pela primeira; - Por lapso dos serviços, não foram as mesmas submetidas à decisão superior; - Que as associações e colectividades que usufruíram das isenções indicadas em listagem, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, se debatem com grandes dificuldades

económicas e financeiras para desenvolver as suas actividades, propõe-se: Ao abrigo do art. 137º do Código do Procedimento Administrativo, a ratificação das isenções de pagamento do aluguer dos autocarros municipais atribuídas às diversas associações e colectividades, durante o ano de 2007, retroagindo os seus efeitos à data dos actos a que respeitam, remetendo-se à Assembleia Municipal para decisão”. =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *Trata-se da ratificação, porque é necessário, de isenções de taxas de aluguer, como o outro, de diversas associações e colectividades, no valor de € 1.441,58 (mil quatrocentos e quarenta e um euros e cinquenta e oito cêntimos). Face à obrigação legal, tem de ser a Assembleia Municipal a aprovar para ratificar.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição da Dra. Ana de Jesus.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Ana de Jesus, do PS.* =====

===== *Boa noite e os meus cumprimentos a todos. Senhor Presidente, nas diversas vezes que esta Assembleia discutiu normas, taxas para equipamentos, autocarros e outros afins, referi nas minhas intervenções que concordava com a definição de normas, pois entendia, e entendo, que é mais fácil e justo gerir quando existem normas claras e transparentes. Tenho de reconhecer que tenho andado a ficar um bocadinho baralhada com o conceito de normas neste concelho. Para mim, norma é algo vinculativo e à qual eu estou obrigada a cumprir, sob pena de ter alguma sanção. E, ao longo desta semana, eu li que responsáveis máximos desta Câmara, que são o rosto do cumprimento da Lei, nomeadamente na área da urbanização, dizem com a maior das naturalidades que, efectivamente, não têm licença, mas que estão a acompanhar a obra. Dizer-se isto com uma naturalidade como se estivéssemos a dizer que fizemos um grande espectáculo de música, isto realmente para mim faz-me confusão. Assim como me faz confusão que se diga que há os PIN e agora entretanto o Dr. Ricardo se lembrou dos PIM. Dr. Ricardo Tavares, eu não vi nenhuma deliberação da Assembleia da República, que lhe desse o direito de legislar, é que os PIN estão previstos na Lei os PIM não, só estão na sua cabeça, portanto. Eu estou a falar sobre os conceitos de normas. Acho que é importante que hajam normas claras e transparentes, para que eu, cidadão, saiba como é como me vou regulamentar no meu concelho. Era só sobre a propósito disto e começo a achar que neste concelho as normas não são vinculativas, ou pelo menos não são para toda a gente. Mas voltando aqui a este assunto em concreto, eu referi na altura que concordava com as normas, mas não concordei, já na altura, que estas taxas, nomeadamente dos equipamentos e dos autocarros, fossem aplicadas às associações. E propôs inclusivamente que se fizesse uma isenção, por causa da situação difícil das associações, que ia ser agravada com a suspensão dos subsídios da Câmara Municipal. E disse que uma forma de financiar as associações e ajudá-las, seria, não era preciso ser com transmissão de dinheiro, com entrega de dinheiro, a Câmara poderia ajudar as associações com matéria-prima, que era nomeadamente os equipamentos e autocarros. Tal proposta na altura, Senhor Presidente, não foi acatada, aliás já começa a ser uma coisa normal, por muitas propostas que o meu Grupo faça nenhuma é acatada, mas eu continuo a insistir, mas na altura disseram-me que não podia ser, porque era necessário moralizar. Hoje estamos aqui para*

deliberar a isenção do pagamento de taxa de aluguer de autocarros para algumas Associações e Juntas de Freguesia. Uma isenção que não é igual para todos os requerentes, em termos percentuais, sem que para isso a Câmara Municipal apresente um critério que serviu de base à taxa diferenciada na isenção. Assim, Senhor Presidente, não é gerir de forma clara e transparente, justa ou com objectivos de moralização. Argumenta-se que as associações estão com problemas económicos, e na altura em que eu fiz a minha proposta não estavam? Que dados novos tem a Câmara Municipal, para ter mudado de opinião? Estou convicta, porque não constam dos documentos, que nenhuns. É certo que todos temos direito de mudar de opinião, em muitas situações, como nesta, só demonstra bom senso, mas ter isentado logo no início do ano 2007 teria sido muito mais justo, pois assim a regra seria do conhecimento de todos. Assim como seria muito mais justo, se queríamos agora só isentar, que essa isenção seja igual para todos os requerentes. No caso m concreto, a diferenciação além de ser injusta, pois não trata todos por igual, chega a ser ridícula, porque ao contrário do que o Senhor Presidente acabou de dizer, nós estamos a isentar € 20.185,84 (vinte mil cento e oitenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos) e estamos a obrigar a pagar € 1.441,58 (mil quatrocentos e quarenta e um euros e cinquenta e oito cêntimos). Por esta diferença de € 1.441,58 (mil quatrocentos e quarenta e um euros e cinquenta e oito cêntimos), não valeria a pena este tratamento diferenciado, sem critério. Fala-se em dificuldades económicas, mas será que a situação, por exemplo, da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, é diferente da Junta de Freguesia de Travanca, pois a primeira leva uma isenção de 100% e a outra só de 50%? Que dados específicos tem a Câmara para isentar o Futebol Clube Macieirense em 100% e no do Pinheiro só em 75%? Por que é que o Centro Social Paroquial S. Miguel paga 25% e a Comissão de Assistência de Carregosa paga 0%? A isenção por si é já injusta, pois não podemos deixar de pensar em todas aquelas colectividades, que sabendo que a Câmara cobrava foram ao privado ou até deixaram de organizar actividades, mas o mínimo que podemos fazer agora é não isentar ou isentá-las todas em percentagens pelo menos iguais. Assim, vamos fazer chegar à Mesa uma proposta que assenta num critério que consideramos justo, isentar em 100% para todas estas requerentes e que constam deste documento que nos foi enviado para o ano 2007, e tentar compensar as outras que não o fizera e pedir uma isenção para o próximo ano de 100% para todas as colectividades, IPSS e grupos informais. Caso não aceitem a nossa proposta, a nossa bancada vai votar contra a proposta da Câmara, porque a consideramos discriminatória, discricionária e por consequente injusta. Para nós, a Câmara Municipal tem de pautar as suas decisões por critérios de justiça e igualdade. Se o faz de forma de forma desigual para situações desiguais, o que na nossa situação não acontece. Assim, Senhor Presidente vou fazer chegar à Mesa a proposta. =====

===== A Dra. Ana de Jesus, do Partido Socialista, leu e entregou à Mesa a proposta que se passa a transcrever: “A Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, propõe: isentar as entidades devidamente discriminadas na documentação anexa a este ponto da Ordem de Trabalhos, na proporção de 100% do valor total do custo; isentar no ano 2008, Juntas de Freguesia, IPSS, associações e grupo informais do pagamento da taxa de aluguer dos autocarros. Quanto aos grupos informais, tal isenção será concedida se o uso se destinar à prossecução de um fim social”. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====

===== *Eu disse inicialmente que isto era uma proposta de ratificação, portanto isto é a ratificação de uma decisão que a Câmara já tinha tomado. Portanto, a proposta não tem sentido, poderá ser atendida no próximo ano, alterarmos o regulamento. Isto já foi aprovado e é para ratificar.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma:* =====

===== *Ora muito bem, então perante esta explicação, a Câmara Municipal aceita esta proposta para depois analisar? Em sede de Assembleia Municipal? Não faz sentido. A Câmara Municipal está disponível para aceitar essa proposta ou não?* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse:* =====

===== *Eu penso que é prejudicar as associações, porque nós temos de analisar, temos de definir critérios e esta nossa proposta é de ratificação de isenções de pagamento de aluguer. De imediato as associações teriam essa vantagem.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Muito bem. Eu já percebi as explicações, percebi a argumentação da Senhora Deputada Ana de Jesus e percebi também a proposta. E, portanto, vamos ter que discutir a proposta, eu não sei se há alguém que queira usar da palavra na questão da proposta, ela foi apresentada e portanto tem que ser admitida.* =====

===== *Aberto o período de inscrições para a discussão da proposta apresentada pelo Partido Socialista, registou-se a inscrição da Dra. Helena Terra.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente, eu serei rapidíssima, não preciso do tempo regimental para o efeito. Aquilo que o Senhor Presidente de Câmara acabou de dizer é quase assim, ou seja, esta proposta, é perfeitamente possível tomar esta deliberação agora desde que a maioria queira. O argumento da injustiça das associações, o Senhor Presidente permitir-me-á, mas não colhe, é precisamente o contrário, o argumento é precisamente o contrário. É para que com isto não se criem injustiças para todos aqueles que por via disto ficam excluídos desta possibilidade. Portanto, se a maioria entender deliberar neste sentido, é tão simples quanto isto, a seguir é ratificada, nos precisos termos, a deliberação do Executivo que deu origem a este ponto, tão simplesmente como isto. Portanto, do ponto de vista legal, é perfeitamente possível, haja vontade da maioria de o fazer. Muito obrigado.* =====

===== *Colocada à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, foi a mesma rejeitada por maioria, com os seguintes votos: contra - vinte e cinco do PSD, um do CDS/PP, um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar e um do Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes; a favor - catorze do PS; abstenções: - PCP, Paulo Ferreira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, sendo autorizado/ ratificado por maioria as isenções de pagamento concedidas do aluguer dos autocarros municipais no ano 2007, com os seguintes votos: a favor - vinte e cinco do PSD, um do CDS/PP, um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar e um do Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes; contra - catorze do PS; abstenções: - PCP, Paulo Ferreira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

=====
 ===== **Ponto doze:** *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões – Revogação de protocolo celebrado em 28/02/2005.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1- Os Bombeiros Voluntários têm estado na primeira linha de acção da Protecção Civil, e os serviços Municipais de Protecção Civil dependem e são da responsabilidade do Município. 2- Foi celebrado um protocolo de colaboração (nº 17), em 28-02-2005, com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões, para a constituição e instalação de um Gabinete Protecção Civil na referida corporação; 3. O Protocolo, na Cláusula Primeira alínea b) contempla assegurar a remuneração dos recursos humanos afectos ao Gabinete da Protecção Civil disponibilizando uma verba mensal para fazer face aos vencimentos com o pessoal afecto ao Gabinete. Valor atribuído para os anos de 2006 e 2007 foi de 34.295,42 € (trinta e quatro mil duzentos e noventa e cinco euros e quarenta e dois cêntimos); 4. O relatório apresentado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões, de acordo com a Clausula Segunda alínea f), relativo ao referido em 3, alude apenas actividades para os meses Janeiro a Fevereiro de 2006, perfazendo um total de 5.715.90 € (cinco mil setecentos e quinze euros e noventa cêntimos); 5. Na Clausula Primeira – alínea a) e por deliberação do executivo de 10-05-2005 foi aprovada a atribuição à Associação dos Bombeiros Voluntários de Fajões, de um subsídio no valor de 4.424,24 € (quatro mil quatrocentos e vinte e quatro euros e vinte e quatro cêntimos) para apoio aquisição de material necessário à instalação do Gabinete Municipal de Protecção Civil; 6. Que a criação do Espaço Físico para o Gabinete Municipal de Protecção Civil na respectiva corporação, não se chegou a concretizar, propõe-se: - Que se proceda à revogação do referido protocolo de colaboração registado com nº 17 em 28/02/2005; - Que se proceda à revogação do subsídio, atribuído em 10-05-2005 para Aquisição de Material necessário à instalação do Gabinete Municipal Protecção Civil, na corporação da Associação Humanitária dos Bombeiros de Fajões, no montante de 4.424,24 € (quatro mil quatrocentos e vinte e quatro euros e vinte e quatro cêntimos); - Que se proceda à revogação do valor de 28.579,52€ (vinte e oito mil quinhentos e setenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos) referente à Clausula Primeira alínea b) do protocolo colaboração nº 17, para o ano de 2006 e de 34.295,42 € (trinta e quatro mil duzentos e noventa e cinco euros e quarenta e dois cêntimos), para o ano de 2007.”* =====

=====
 ===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

=====
 ===== *Como não se chegou a concretizar o objecto do protocolo respeitante à aquisição de material necessário à instalação do Gabinete de Protecção Civil, no valor de 4.424,24 € (quatro mil quatrocentos e vinte e quatro euros e vinte e quatro cêntimos), pelo que se propõe a sua revogação, assim como a revogação da componente de apoio à remuneração do pessoal*

afecto àquele gabinete, que era no valor de 28.579,52€ (vinte e oito mil quinhentos e setenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos). Isto está acordado com os Bombeiros de Fajões. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Helder Simões. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====

===== Senhor Presidente, só para dar nota, tanto quanto me apercebi e pude apurar, isto está acordado obviamente com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Fajões, não por interesse da Associação dos Bombeiros Voluntários de Fajões, mas porque foi uma proposta da própria Associação Humanitária, uma vez que a Câmara Municipal não cumpria com o que tinha sido protocolado, no sentido da criação do Gabinete de Protecção Civil. Aquilo que eu lhe pergunto e tendo em conta que tinham sido celebrados protocolos com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis e de Fajões, com o de Fajões pelos vistos a Câmara Municipal não cumpriu, se está a cumprir com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, porque se assim for temos aqui mais uma vez uma situação de tratamento diferenciado, se está também a incumprir também com a Associação dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis também é complicado, uma vez que está a pôr em causa aquilo que é a protecção civil do Município. A questão que também se coloca, a este nível, é quem é que vai garantir a protecção civil na área territorial dos Bombeiros Voluntários de Fajões. Será que se vai estender ao Gabinete de Protecção Civil criado em Oliveira de Azeméis? Ou seja, o Município de Fajões ou da área de influência dos Bombeiros de Fajões, se tiverem um problema de inundação já não vai ligar para os Bombeiros de Fajões, têm que ligar para os Bombeiros de Oliveira de Azeméis. Essa é que é a questão, porque o protocolo da forma como vem, dá a entender que é a própria Câmara Municipal que está a revogar. Não, está a revogar a pedido da própria Associação, por manifesto incumprimento. Quem dera, e aquilo que pude apurar da parte dos Bombeiros Voluntários de Fajões, é que o protocolo estivesse a ser cumprido para eles poderem prestar efectivamente esse serviço. Era só. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar as devidas explicações. =====

===== Não foi por incumprimento, também foi por dificuldades de instalação. Por isso mesmo, as duas partes chegaram a acordo, que era preferível terminar com este clausulado do acordo que temos com os Bombeiros, com o protocolo que temos com os Bombeiros, que não é só nisto, tem muito mais. Com o Senhor Pais ficou determinado que era preferível nós retirarmos isto, porque efectivamente era preciso gastar algum dinheiro lá, era preciso gastar dinheiro lá, e o dinheiro era necessário em Fajões para outras coisas e foi acordado nós eliminarmos isto. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, sendo deliberado por unanimidade revogar o protocolo celebrado em 28/02/2005 com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões. =====

===== **Ponto treze:** *Aprovação da modalidade de funcionamento e tabela de preços da cafeteria da Biblioteca Municipal.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por Lei, sob a administração municipal (art. 64.º n.º 2 alínea f) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); Compete ainda à Câmara Municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente fixar as tarifas e preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais (art. 64.º n.º 1 alínea j) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 2) Compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa (art. 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 3) É necessário dotar a Cafeteria da Biblioteca Municipal de uma modalidade de funcionamento clara e adequada à prestação de um serviço eficaz, proponho: 1) A aprovação da modalidade de funcionamento e tabela de preços a praticar na Cafeteria, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.” ==*

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, para dar explicações.* =====

===== *Boa noite a todos os presentes. Este ponto vem cá, porque o Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais, nomeadamente na tipologia BM3, que é o caso da nossa Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, prevê também aos seus utentes o serviço de cafeteria. E aqui é apresentada a modalidade de funcionamento e a tabela de preços a praticar.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto catorze:** *Alteração ao regulamento e à data de divulgação do Concurso de Poesia Agostinho Gomes – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Compete à câmara municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, apresentar à Assembleia Municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos nºs 2 a 4 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações; 2) Compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa (art. 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 3) Tornou-se necessário aperfeiçoar a metodologia de recepção, envio de informações e divulgação do Concurso de Poesia Agostinho Gomes; 4) Foi criado o endereço electrónico concurso.agostinhogomes@bm-ferreiradecastro.com destinado*

especificamente ao envio de trabalhos para concurso e demais correspondência; 5) A nova Biblioteca Municipal tem a designação de Biblioteca Municipal Ferreira de Castro; 6) Que os objectivos subjacentes a este concurso são a criação de estímulos à produção de originais de poesia e a homenagem ao poeta cucujanense Agostinho Gomes e que o dia 21 de Março é proclamado pela UNESCO como o Dia Mundial da Poesia; 7) Que estas alterações não constituem alterações substanciais ao regulamento pelo que não será necessário proceder à audiência pública e audiência dos interessados, propõe-se: 1) A alteração da redacção do texto do Regulamento na substituição do correio electrónico de biblioteca@cm-oaz.pt para concurso.agostinhogomes@bm-ferreiradecastro.com e de Biblioteca Municipal de Oliveira de Azeméis por Biblioteca Municipal Ferreira de Castro; 2) Que o início da divulgação do concurso ocorra anualmente no Dia Mundial da Poesia a 21 de Março; 3) Que a Câmara Municipal delibere dar anuência à presente proposta de alteração nos termos da alínea a) do nº6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, bem como submetê-la à Assembleia Municipal para a devida aprovação; 4) Que se determine a posterior publicação no Diário da República e publicitação das referidas alterações, nos termos do art. 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, para dar explicações. =====

===== Como sabem, este nosso concurso já vem desde 2000, tem um regulamento e agora com a entrada também da nossa nova Biblioteca, há um ajuste que nós quisemos fazer, que foi a criação de um endereço electrónico específico para a recepção dos trabalhos dos concorrentes e também pelo facto de no regulamento a nossa biblioteca ser só designada como Biblioteca Municipal, agora como ela tem um patrono também é de correcção e de corrigir essa designação. Além de que o início da divulgação do Concurso Nacional de Poesia Agostinho Gomes, era sempre feito durante o mês de Abril, nós propúnhamos agora, ou esta proposta prevê o início da sua divulgação no Dia Mundial da Poesia, que é a 21 de Março. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto quinze:** Proposta de sinalização vertical na Rua Manuel Ferreira da Silva Brandão, freguesia de Cucujães – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. O estacionamento abusivo no acesso privado na Rua Manuel Ferreira da Silva Brandão, freguesia de Cucujães, impedindo os moradores de terem acesso às suas casas, propõe-se: a) Aprovação do sinal vertical C2 (Trânsito Proibido) com placa adicional “Excepto moradores” na Rua Manuel Ferreira da Silva Brandão. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto -Regulamentar 22-A/98, de 1 de Outubro e 41/2002, de 20 de Agosto.” =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar explicações.* =====

===== *Esta proposta surge na sequência de uma reclamação dos moradores desta rua, que tinham dificuldades em aceder às suas casas. Houve uma verificação técnica da situação, que não viu inconveniente na colocação desta sinalização.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto dezasseis:** Proposta de sinalização vertical em Silvares, Oliveira de Azeméis – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1) A supressão da passagem de nível em Silvares; 2) A necessidade de colocação de sinalização vertical no local, proponho: a) A colocação do sinal B2 (Stop) junto à Ponte sob a linha do “Vale do Vouga”. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto-Regulamentar 22-A/98 de 01 de Outubro e 41/2002, de 20 de Agosto.”* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar explicações.* =====

===== *Conforme consta da proposta da supressão da passagem de nível em Silvares, houve a necessidade de colocação de um sinal de Stop junto à ponte e penso que é pacífico.* ==

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto dezassete:** Estacionamento condicionado – Centro Social, Cultural e Recreativo de Carregosa, freguesia de Carregosa – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A necessidade de fazer a entrega e recolha dos utentes do Centro Social, Cultural e Recreativo de Carregosa; 2. O estacionamento abusivo verificado no local e a consequente dificuldade em estacionar a viatura do Centro Social, propõe-se: a) A colocação de sinalização vertical C15 (Estacionamento Proibido) com placa adicional “Excepto Entrada/ Saída Utes*

CSCRC”. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto -Regulamentar 22-A/98, de 01 de Outubro e 41/2002, de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, de acordo com as conversas que manteve com o Centro Social, Cultural e Recreativo de Carregosa, pediu para retirar este ponto, porque já não faz sentido aprová-lo. Portanto, se a Câmara Municipal não vir nenhum inconveniente retira-se o ponto. A Câmara Municipal aceita, os Senhores Membros da Assembleia Municipal também aceitam, fazemos de boa-fé aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa nos diz, para contribuir para o desenrolar mais rápido da nossa Assembleia Municipal. =====

===== O ponto número dezassete foi retirado, após informações prestadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, no sentido de já não se verificar necessidade na colocação da sinalização em causa. =====

===== **Ponto dezoito:** Proposta de sinalização horizontal na Rua Fonte da Lezíria, freguesia de Pinheiro da Bemposta – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. O pedido de lugar de estacionamento destinado a deficientes na freguesia de Pinheiro da Bemposta; Propõe-se: a) A colocação de um sinal vertical H1a (estacionamento autorizado) com o dístico de deficiente na Rua Fonte da Lezíria junto ao número de polícia 39; A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A / 98 de 01 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.” =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar explicações. =====

===== Tem a ver com a necessidade de colocação de um sinal de estacionamento para deficientes. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezanove:** Proposta de sinalização vertical na Rua da Lezíria e Rua da Ucha, freguesia de Pinheiro da Bemposta – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A necessidade de ordenar o tráfego de veículos pesados e evitar que estes circulem no interior das freguesias em arruamentos estreitos e zonas residenciais; 2. O pedido da Junta de Freguesia de disciplinar o tráfego de veículos pesados na freguesia do Pinheiro da Bemposta; Propõe-se:

a) Um sinal vertical C3d (Trânsito proibido a automóveis de mercadorias de peso total superior a 5 toneladas) na Rua da Lezíria em direcção à Rua da Ucha e outro sinal vertical C3d na Rua da Ucha abaixo da passagem de nível de forma a que os pesados possam virar para a rua que vai ter à Igreja do Pinheiro da Bemposta; A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A / 98 de 01 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.” =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar explicações. =====

===== Isto surge com base num pedido da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, que foi aprovado pela Junta, no sentido de ordenar o tráfego de veículos pesados e evitar que estes circulem no interior da freguesia. A proposta de sinalização vertical é esta que consta aqui, um sinal de trânsito proibido a automóveis de mercadorias de peso total superior a cinco toneladas na Rua da Lezíria em direcção à Rua da Ucha e outro sinal vertical C3d na Rua da Ucha abaixo da passagem de nível de forma a que os pesados possam virar para a rua que vai ter à Igreja do Pinheiro da Bemposta. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte:** Proposta de sinalização vertical na Rua da Torre, freguesia de Fajões – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A necessidade de colocar dois sinais verticais na freguesia de Fajões: Propõe-se: a) A colocação do sinal vertical C2 (trânsito proibido) na Rua da Torre; b) A colocação do sinal C11a (proibição virar à direita) na EN 327; A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A / 98 de 01 de Outubro e 41 /2002 de 20 de Agosto.”

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar explicações. =====

===== Esta proposta surge na sequência de um pedido da Junta de Freguesia de Fajões. Houve uma análise técnica que concorda com a mesma e, portanto, está em condições de ser aprovada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== O Senhor Presidente da Junta de Freguesia pergunta a data do pedido. =====

===== *O Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares disse:* =====

===== *02.10.2007. O que tenho aqui é o parecer técnico. Há um sinal de trânsito proibido destinado à Rua da Torre e um sinal de proibição virar à direita que se destina à Estrada Nacional 327 e proibem os veículos de virarem para a Rua da Devesa. São estes dois sinais. Diz a colocação de proibição de virar à direita na EN 327, que é para proibir os veículos de virarem para a Rua da Devesa, está anexo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Proposta de postura de trânsito na Rua da Ilha, freguesia de S. Roque – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. Uma maior disciplina na organização do tráfego na freguesia de S. Roque. 2. A aprovação em Assembleia de Freguesia da postura de trânsito na Rua da Ilha. Propõe-se: a) Sinal vertical H3 (sentido único) desde a Rua de Sourzac à Rua Prof. Silva Pinto; b) Sinal vertical C11b (proibido virar à esquerda) quem vem do Largo 30 de Junho para a Rua da Ilha; c) Sinal vertical C11a (proibido virar à direita) quem vem da Rua Prof. Silva Pinto para a Rua da Ilha; d) Sinal vertical B2 (stop) na saída da Rua da Ilha para a Rua Prof. Silva Pinto; - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A / 98 de 01 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.”* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar explicações.* =====

===== *Esta proposta foi aprovada pela Junta e pela Assembleia de Freguesia e verificou-se que esta sinalização era necessária.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Terminada que está a Ordem de Trabalhos, temos ainda o período de intervenção destino ao Público e eu pergunto ao Público se há alguém interessado em usar da palavra.* =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Alfredo Santos e Altino Tavares. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Alfredo Santos, Tesoureiro da Associação de Pais da Escola EB1, Pinheiral, Ul. =====

===== Boa noite ao Executivo Camarário e a todos os presentes. Chamo-me Alfredo Santos e estou aqui a representar a Associação de Pais da Escola EB1 do Pinheiral – Ul, da qual eu sou tesoureiro. Estamos aqui para dar conhecimento ao Executivo e a todos os presentes de todos os dissabores pelos quais esta Associação está a passar, devido ao protocolo enviado pela Câmara Municipal, para assinarmos, relativamente à construção de um telheiro. Algum tempo atrás, a Câmara Municipal assinou um protocolo com esta Associação, isto antes das eleições, no qual se comprometiam a contribuir com uma verba de 50% do respectivo investimento. No ano 2007, devido à exigência da Ex.ma Senhora Ministra da Educação, a Câmara viu-se obrigada a construir uma sala, pois a Escola só estava preparada com apenas três. Esta sala foi construída em pré-fabricado, que foi retirado de outra escola, do mesmo concelho. Mas não se lembraram que as crianças que fossem para esta sala, tinham que ir à casa de banho à escola mãe e no tempo de chuva se molhavam. Foi então que esta Associação, uma vez mais, pediu à Câmara autorização para a construção do respectivo telheiro, pois havia o protocolo acima mencionado. Alguns Membros da Associação vieram à reunião da Câmara com certo Membro do Executivo, e ficamos espantados ao escutarmos que o protocolo que havia não tinha valor algum e que se quiséssemos o telheiro teríamos que ser nós a custear a 100%. Claro que eram as nossas crianças que iam sofrer. Tivemos que custear o valor do telheiro. Ficou também esclarecido que a Câmara ofereceria o projecto, a aprovação e colocaria o piso do telheiro. Passados alguns dias, solicitou-se ao Executivo Camarário o projecto do telheiro, pois tínhamos urgência em o construir. Ficamos perplexos quando do Executivo tivemos a seguinte resposta “lamentamos, mas de momento não temos pessoal disponível para executar o projecto, portanto arranjam o projecto que nós o aprovaremos”. Foi o que fizemos, arranjam quem o fizesse e pagamos. Apresentamo-lo na Câmara que, após vários entraves, acabou por dar autorização. O telheiro que foi construído teve um custo de € 10.823,45 (dez mil oitocentos e vinte e três euros e quarenta e cinco cêntimos), valor este que foi custeado a 100% pela Associação. Agora a Câmara tem a coragem de enviar, através dos CTT, um protocolo para a Associação assinar, em que ao abrigo do presente todas as obras ficarão a constituir propriedade da Câmara, integrando o seu património. Assim não custa nada aumentar o património, à custa do suor dos outros, de quem trabalha. Mas afinal, que brincadeira é esta? E, ainda por cima, mencionaram no referido protocolo que em certas alíneas, de vários artigos, de determinado Decreto-Lei, a Câmara tinha atribuições em vários domínios. Afinal, o Executivo é composto, por quê? Por bonecos de corda ou por seres humanos? Será que têm escrúpulos e sentimentos? Claro que não devem ter escrúpulos nenhuns, visto quererem passar por cima dos outros trabalhadores, para ficarem bonitos para a fotografia. Por que é que o Executivo não tem palavra e deixa de andar a brincar ao faz e desfaz, além de andarem a recalcar os sentimentos e suor. Se estamos a falar é porque existem provas concretas do que se está a afirmar. Mas a situação não fica por aqui. A Escola não tinha aquecimento à altura de manter uma temperatura exigível pelas intempéries do tempo. Decidiu-se colocar o ar condicionado nas quatro salas. Depois de se ter pedido a autorização ao Executivo, que por sua vez exigiu que isto fosse colocado nos locais a indicar por um dos técnicos do Executivo. A Associação pagou mais um investimento no valor de € 4.300,00 (quatro mil e trezentos euros). E temos conhecimento que

alguém do Executivo Camarário está decidido a colocar etiquetas da Câmara, como se de um investimento deles se tratasse. Jamais o irão fazer. E jamais o protocolo será assinado. Pois, a Associação ao fazer estes investimentos sabe perfeitamente que tudo o que está a fazer é para Escola, para as nossas crianças e para todas aquelas que virão a usufruir. Portanto, nada será ser assinado, nada será marcado. Mas de uma coisa podem estar certos: todo o investimento feito por esta Associação não reverterá a favor da Câmara, mas sim a favor da Junta de Freguesia. Sei que tanto nós, associação, como alunos e Escola vamos sofrer as consequências desta nossa imposição, mas jamais baixaremos os braços, depois de tantos anos de trabalho árduo, dias de suor, debaixo de sol escaldante, à chuva e frio, para se angariar fundos para as obras e sem sequer ter qualquer apoio do Executivo. Solicitamos muitas vezes ao Executivo tómbolas, palcos, para levarmos a efeito as nossas iniciativas, com o intuito de angariação de fundos e sempre tivemos que pagar o aluguer, depois de saberem que tudo era feito para se fazerem as melhorias na Escola, acabando por suportar apenas o piso do telheiro, mas após vários dias de pressão feitas por esta Associação. Não queremos que a Câmara nos dê o dinheiro, muito menos elogios, apenas queremos os nossos direitos e defender os investimentos realizados para a Escola. Pelas crianças faremos qualquer coisa, mas acobardarmo-nos isso jamais. Peço desculpa se ofendi indirectamente o Executivo e os restantes presentes, mas a verdade tem que ser dita. Só tenho pena o que possa ter ficado por dizer. Muito obrigado. ===

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Serão dados depois os esclarecimentos que foram solicitados, a Câmara Municipal encarregar-se-á de o fazer na sequência desta intervenção. =====

===== Após mais dois pedidos de inscrição por parte do Público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma: =====

===== Já foi dada a palavra ao Público e já foram inscritas as pessoas. Senhor Altino Tavares tem a palavra se faz favor. Tem cinco minutos. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Altino Tavares, que disse: =====

===== Na minha primeira intervenção na última Assembleia Municipal de 28 de Dezembro de 2007, solicitei ajuda e resposta ao seguinte: Primeiro, é possível autorizar a construção num prédio encravado, que não possui qualquer uma das suas confrontações, um caminho público? Até hoje não recebi a resposta. Não pondo em causa a boa vontade do Senhor Presidente desta Assembleia, dizendo-me que iria ter resposta às minhas perguntas, novamente solicito o seu empenho, bem como dos Membros desta Assembleia, para a resposta que tarda a chegar. Senhor Presidente desta Assembleia, Senhores Membros desta Assembleia, há formas de trabalhar que dificilmente mudam, mas pode ser mudado se nos dispusermos a fazer-lhe frente. É só. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Não estando esgotado ainda o período do público o José António Martins quer usar da palavra e o Prof. Leonel também quer usar da palavra. Senhores Membros da Assembleia Municipal eu ainda estou na condução da Ordem dos Trabalhos e peço a vossa

compreensão para o seguinte: o Regimento dá-nos um tempo destinado ao Público. É evidente que eu chamo a atenção do Público, que a Assembleia Municipal está a decorrer desde as cinco horas e também não é simpático as pessoas chegarem à horinha de usar da palavra do Público, e algumas até atrasadas, e depois pedirem para usar da palavra. Têm de compreender e temos todos de ser responsáveis, porque isto é tudo muito bonito, tomar decisões políticas, e de acordo com o Regimento as pessoas que chegaram atrasadas não podem usar da palavra. Mas eu também entendo que se as pessoas querem usar da palavra se lhes deve dar a oportunidade para expressarem os seus sentimentos. Aquilo que eu vou exigir às pessoas a quem vou dar a palavra é que cumpram escrupulosamente os cinco minutos regimentais a que têm direito, porque percebam que os Membros da assembleia Municipal estão aqui desde as cinco horas a debater todos os assuntos. E, portanto, não é também muito correcto as pessoas chegarem à horinha do Público e falarem. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José António Martins, que interveio da seguinte forma: =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, antes de mais peço as minhas desculpas, não era intenção de estar aqui a saturar esta Assembleia, mas eu penso que é importante a minha intervenção como cidadão Oliveirense e como homem livre e de bons costumes que sou. E, portanto, eu quero deixar aqui um problema que me aconteceu como cidadão Oliveirense e como está aqui o Executivo, de certeza absoluta que só teria oportunidade na próxima Assembleia. Portanto, eu vou contar muito rapidamente e depois quero também algumas respostas, é claro que não vai ser agora, mas quero que realmente vocês me possam depois responder. Aconteceu num prazo de quinze dias, dois casos, que eu já fui à Câmara reclamar, mas os funcionários nada podem resolver, porque isto está nas mãos do Executivo. Tem a ver com as facturas da água. Eu recebi em 07.12.2007 uma conta para pagar e que se vencia em 31.01.2008 e que foi religiosamente cumprida, portanto o valor de € 177,66 (cento e setenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos) da minha habitação. Dirigi-me aos Serviços da Câmara, que agora estão todos monopolizados, tem um serviço muito melhor, desde já dou também os parabéns à Câmara, embora que ainda haja muito congestionamento porque as pessoas não estão habituadas ao novo sistema, reclamar pela factura, porque achava que era uma factura exorbitante para dois meses de água. O que eu estranhei é que o tipo de utilização que deram à minha casa, foi de indústria e obras. Portanto, eu acho isto muito estranho. Uma Câmara que tem vários certificados de qualidade, não mostrar, ou não notar, ou não conseguir detectar este erro. Logo a seguir, depois do pagamento, que é o que me choca mais, recebi uma carta da Câmara Municipal, datada em 12.02.2008, a mencionar “Assunto: Factura em Atraso. Corte de abastecimento de água”. Como é que é possível, se eu paguei, cortarem-me a água? É a pergunta que eu quero deixar aqui ao Executivo e saber o que realmente é que está mal na Câmara, quando realmente todos nós sabemos que existem vários certificados que foram dados à Câmara e como é que isto é possível. Coincidência das coincidências, aconteceu o mesmo no meu estabelecimento. E é por isso que eu estou aqui, não é por mais nada. No meu estabelecimento não recebi a factura da água, recebi uma carta onde mencionava o seguinte “Factura em atraso em 14.02.2008. Corte de abastecimento de água. Vimos por este meio solicitar a V. Exa. o pagamento até ao dia 25.02.2008 da factura...” Se os prazos não forem cumpridos, temos depois os juros de mora, que são 50% como toda a gente sabe. Eu cheguei lá, cumpri, paguei e ficou tudo sanado. Agora eu pergunto, e perguntei à pessoa que estava lá, quem era o responsável. Eu não fui, porque eu não recebi a factura. O responsável, neste caso a pessoa que me atendeu disse-me para eu me ir queixar aos CTT, se eu quisesse processar

alguém teria que ser os CTT. Eu não iria processar os CTT por causa de € 1,40 (um euro e quarenta cêntimos), como é óbvio. Portanto, alguma coisa está mal. E depois a última questão, na Câmara detectaram que houve um erro, está aqui, houve um erro, portanto não é indústria nem obras a minha casa, a minha casa é uma casa doméstica, e eu perguntei ao funcionário se o estorno demorava muito e o funcionário aquilo que me respondeu é que poderá demorar muito tempo e eu exigi os juros de mora e o funcionário respondeu-me que eu não tinha direito a juros de mora. Agora a pergunta que eu faço é: se eu me atraso um dia na água pago 50%, se a Câmara se atrasa um mês, dois ou três meses, eu não tenho direito a receber também juros de mora? É a pergunta que eu deixo. Portanto, eu gostaria que me respondessem para depois eu poder tratar disso e se realmente eu tiver de ir para Tribunal também vou para Tribunal, porque eu sinto-me injustiçado. Muito obrigado, senhor Presidente. Até uma próxima. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedido o uso da palavra ao Prof. Leonel Martins, que disse: =====

===== Boa noite a todos os presentes e desde já agradeço a compreensão. Peço imensa desculpa, estive aqui desde as seis e meia e depois tive de ir a casa por motivos pessoais, por causa dos miúdos e por isso peço imensa desculpa. Mas não há problema se me não me quiserem, eu venho noutra ocasião, a sério, sinceramente, eu entendo perfeitamente a situação. Eu vou ser sucinto e vou apenas abordar um problema. Um dos assuntos que eu tenho trazido a esta Assembleia, eu quando digo assembleia é a sua constituição não é o local, foi a questão da segurança dos peões, portanto é uma questão pela qual me tenho debatido há vários meses e nomeadamente na última sessão, creio que já foi há quase dois meses, vim cá novamente e é um assunto que inclusivamente é tratado nos periódicos. Eu desta vez, não quero ofender ninguém, mas vou utilizar o termo “irresponsabilidade”. Eu tenho vindo cá, como sabem, a minha intenção é a das melhores das intenções, eu não me limito a criticar por criticar, eu indico os locais que são mais críticos em questão de segurança. Eu inclusivamente dou sugestões e infelizmente não foi feito nada. Dá a impressão que as pessoas se estão marimbando para a vida das pessoas que andam a pé. Eu volto novamente a focar os pontos, e aliás eu vim cá hoje numa de repto. E lanço o repto, em primeiro lugar, ao Senhor Presidente da Câmara; em segundo lugar, ao Senhor Ramiro, Presidente da Junta de Freguesia que foi eleito pelos Oliveirenses de cá, não foi do concelho, Oliveirenses de cá, eu acho que o Senhor tem que tomar uma posição; em terceiro lugar, lanço o repto ao Partidos da Oposição, eu acho que o PS e o CDS têm de se demarcar e dizerem o que é que defendem em relação à zona pedonal. Eu acho que andamos aqui com meias tigelas, é peixe e carne, eu acho que não chega, acho que chegou à altura e acho que tem limites. Desculpe Óscar, eu disse Partidos da Oposição, ele ficou zangado não foi por eu me ter esquecido dele, foi por tentar misturá-lo, peço imensa desculpa. Eu acho que chegou à altura dos Membros da Assembleia, como peões, tomarem uma posição. Se eventualmente acham que a situação está correcta, tudo bem, deixam andar, agora como Oliveirenses, peço-vos que ponham de parte os Partidos, e se acham que deve ser tomada realmente uma medida, façam o favor de pressionar as pessoas que são responsáveis por isso: o Senhor Presidente da Câmara e o Vereador Dr. Ricardo Tavares. Chegou a hora. Para o caso do Senhor Ramiro, que passa todos os dias no Calvário, há anos que tem a noção do perigo que é passar no Calvário a pé, são dezenas de pessoas que passam, são miúdos que vão para a Ferreira de Castro e vêm, são pessoas que moram na zona alta da cidade, são pessoas que vão para o Parque... Dizem que é preciso aproximar as pessoas do Parque, mas como é que as pessoas se podem aproximar do Parque se não têm segurança para ir ao Parque? Será que não é possível fazer ali um passeio? Não há dinheiro? Desculpem lá o aparte, porque é que se vai

gastar dinheiro, por exemplo, como se gastou a pôr o asfaltamento no parque de estacionamento do Hospital? É só para utilizar os médicos e os enfermeiros. Não será que esse dinheiro que se gastou lá, não seria muito mais benéfico se se fizessem os passeios? Andaram lá homens a trabalhar, desviaram-se os homens e as máquinas para lá. Eu acho que é preciso consciencializarem-se disso, que as pessoas correm diariamente perigo quando passam ali. Eu passo ali diariamente quando vou dar a minha volta e sinto o perigo constantemente, para mais agora que desapareceu lá agora uma lombada limitadora e os carros passam lá a uma velocidade terrível. E o caso da zona pedonal, vai funcionar? Ainda há bocado esteve a reparar, junto à Câmara Municipal tem lá um aplaca que diz “inauguração em Abril de 2006 da zona pedonal das Ruas Bento Carqueja e António Alegria”. A Rua Bento Carqueja começa junto ao Mota e a Rua António Alegria é depois da Câmara para baixo. Senhor Presidente, o Senhor tem a noção disso. Em frente ao correio continua-se a estacionar em cima. Em frente à Igreja, agora é curioso, eu não ando de carro, mas se eu andasse de carro, com a nova postura de trânsito, eu dava uma volta, porque andaram dois anos a obrigar as pessoas a contornarem a Igreja e agora com a nova postura de trânsito vão autorizar fazer em frente à Igreja, em sentido ascendente, vão autorizar passar, ou seja, é mais uma machadada na zona pedonal, porque agora com a nova postura de trânsito os carros vêm da zona dos bombeiros e chegam ali e têm autorização de cortar à esquerda, para contornar a Igreja e a Igreja vai funcionar como uma rotunda. Quer dizer, andou-se dois anos. Eu passava-me dos carretos se andasse de carro e dizia “andaram dois anos a obrigarem-me ir dar uma volta, sujeito a apanhar uma multa e agora com a nova postura vão deixar vir de cima para baixo”. Isto é mais uma machada na zona pedonal. Acho que as pessoas têm de fazer opções, que têm de ser muito claras e dizer ou funciona como zona pedonal e efectivamente funciona como zona pedonal e assume os riscos, porque isto é uma questão política. Senhor Hermínio, o Senhor foi a única pessoa que teve coragem, no seu programa, de chamar a atenção para a zona pedonal. Isto é uma questão política, mais nada. Isto não é tão difícil como isso, não envolve grande dinheiro. É como eu disse, põe-se lá um meco, vai abaixo, fecha, cria um horário de cargas e descargas, vai abaixo e vai lá, e eventualmente o morador tem uma chavezinha. Funciona e não há problema. Agora as pessoas têm é de ter coragem de tomar esta medida, Senhor Presidente. Eu acho que já chega, aliás o nosso amigo Isidro disse “outra vez aqui?”, e eu disse “infelizmente, antes não viesse aqui”, palavra de honra, antes não viesse aqui, porque eu não pretendo protagonismo nenhum, não quero protagonismo político nenhum, não estou aqui a fazer carreira. Eu venho aqui como Oliveirense e exijo o melhor para Oliveira de Azeméis. É por isso que eu venho aqui e por mais nada. Não venho atacar ninguém, eu venho cá com carácter construtivo e dou sempre sugestões para tentar resolver. Outro caso é aqui a rua em frente ao Gemini. É para funcionar como passeio ou não é? Se é, é necessário tomar medidas, os carros estão sistematicamente a passar de um lado para o outro, tem de se colocar ali um obstáculo para impedir a passagem dos carros. Peço desculpa. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Eu só queria dar nota que para além de tudo isto que o Prof. Leonel acabou de dizer relativamente à questão do respeito pelos peões, há uma questão que ele não disse, também por pressão do tempo seguramente, mas que sei que é um pensamento que ele tem, é preciso também que todos tenhamos uma atitude cívica. Há aqui o civismo que falta muitas vezes e não é só a punição, não é só a questão do exercício da autoridade, há uma questão cívica que infelizmente são valores que estão cada vez mais arredados e que nos devem preocupar. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, para uma interpelação à Mesa.* =====

===== *Senhor Presidente, vem ainda por cima no seguimento daquilo que acabou de dizer. O Senhor Presidente teve a amabilidade, ou adivinhava, ou teve a amabilidade de me dar o mote para aquilo que eu vinha interpelar a Mesa. Tem precisamente a ver com civismo. Antes do mais, tem a ver com a educação, para além de tudo, mas sobretudo tem a ver com o cumprimento do Regimento desta Assembleia. Não é a primeira vez que isto acontece, eu acabei de registar, não é a primeira vez que isto acontece não só com Municípios, acontece nomeadamente com Membros desta Assembleia que fazem requerimentos a solicitar informações à Câmara e que elas tardam em chegar. Mas eu fiquei perplexa quando ouvi o Município que acabou de intervir, o Senhor Altino Tavares, alegando que tinha solicitado, e nós todos nos lembramos, foi aqui nesta Assembleia, tinha solicitado uma informação à Câmara, que ainda não lhe tinha chegado. É bom que tenhamos a noção do seguinte, e já agora serve para informação a todos os presentes que não estejam inteirados disto, a Câmara Municipal, do ponto de vista regimental, tem um prazo limite até ao qual deve dar a resposta, que no caso já percebemos que não se verificou. Portanto, Senhor Presidente, eu a interpelação que eu faço é no sentido de que para as futuras Sessões desta Assembleia, a Mesa, através de V. Exa., tenha o cuidado de pedir à Câmara Municipal o relatório de todas as informações prestadas ou não, aos pedidos efectuados na Sessão da Assembleia Municipal anterior, para que nós não sejamos sempre confrontados com isto, para além do mais porque seria nossa obrigação no início dos trabalhos pedir ou ter a informação se foram prestadas ou não os esclarecimentos. Não o temos feito, portanto queria que V. Exa. providenciasse no sentido de termos essa informação, porque se assim não acontecer iremos solicitá-la nós próprios. Muito obrigado.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Já percebi o sentido da interpelação que foi feita à Mesa e a Mesa registou essa mesma interpelação. E também lhe queria dar o seguinte esclarecimento: sabe, como é evidente e como ainda hoje aqui se viu, a intervenção que é feita do Público, o assunto a ser abordado é imprevisível. Nós não sabemos, não sabemos qual é o assunto que o Público vem colocar. A forma de o sabermos é, se colocarmos como outras Assembleias Municipais assim funcionam, que as perguntas são feitas por escrito, ou seja não há “simplex”, há “compliquex”. Nós aqui queremos chamar o Público, mas há outras Assembleias Municipais, de todos os Partidos Políticos, que complicam, tem que se registar, tem que ir lá primeiro pôr a pergunta, e aí a Câmara Municipal, relativamente às questões que forem colocadas previamente, tem que vir preparada para as esclarecer. Dar-lhe nota que ainda hoje, na sequência de perguntas que foram efectuadas, a Câmara Municipal quis responder hoje e eu disse “não vamos abrir o precedente de responder hoje, porque se não há aqui situações discricionárias, que o Público não interpreta bem”, ou seja, só responde àquilo, vou só fazer uma suposição, “só responde ao que lhe apetece e não responde ao que não lhe apetece”. Portanto, eu acho que devemos de manter este registo, de até à próxima Assembleia Municipal, a Câmara Municipal dar nota das questões que são aqui colocadas, que foram hoje e que foram colocadas nas últimas Sessões da Assembleia Municipal. Aliás fazermos isso estamos a cumprir aquilo que está no nosso Regimento. E mesmo que não seja possível responder, atendendo à complexidade das questões colocadas, há pelo menos uma nota a dizer “o assunto está a ser tratado, será dada a informação logo que possível”. Portanto, fica este esclarecimento, agradeço a interpelação, interpelação obviamente construtiva.* =====

===== *Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.* =====

===== *Para terminar esta Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia disse:* =====

===== *Está terminada a Assembleia Municipal. Muito obrigado a todos e uma boa noite.*

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 19h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.* =====